

OI S.A.
(Em recuperação judicial)

Informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2017 e relatório de revisão dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

OI S.A.
(Em recuperação judicial)

Informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2017 e relatório de revisão dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Informações contábeis intermediárias (ITR)

Relatório dos Administradores

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Oi S.A - Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Entretanto, em decorrência da relevância dos assuntos descritos no parágrafo "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias.

Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Conforme nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 20 de junho de 2016 a Oi S.A., e determinadas controladas diretas e indiretas, ingressaram no processo de recuperação judicial, tendo o mesmo sido deferido pelo juiz responsável em 29 de junho de 2016. Em 05 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Plano de Recuperação Judicial ("Plano") e, posteriormente, em 22 de março de 2017, o mesmo Conselho de Administração aprovou determinadas condições financeiras básicas a serem ajustadas, como aditivo, no Plano aprovado anteriormente, sendo que até a conclusão dos nossos trabalhos de revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2017 a aprovação do Plano pela Assembleia Geral de Credores ("AGC") ainda estava pendente, em função de ainda existirem certas discussões e questionamentos em curso sobre as condições relevantes do Plano. Portanto, não nos foi possível determinar no estágio atual, quais seriam os efeitos, se houvesse, sobre o atual Plano, e nem tampouco foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de junho de 2017, é apropriado, incluindo quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, caso as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, não fossem preparadas considerando esse pressuposto. Diante deste cenário de incerteza significativa, que pode afetar a capacidade de investimento da Companhia nas operações futuras, o que resultaria em potencial desvalorização dos ativos, a Administração da Companhia, até a data de finalização dos nossos trabalhos de revisão, ainda não concluiu o teste de redução ao valor recuperável de ativo que deveria ter sido elaborado até 22 de março de 2017, data de aprovação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme requerido na NBC TG 01 (R1) (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Consequentemente, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos dos ativos não financeiros da Companhia em 30 de junho de 2017, bem como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do trimestre findo naquela data.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas, de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Entretanto, em decorrência da relevância dos assuntos descritos no parágrafo "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias", não nos foi possível também obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre esta demonstração em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre a DVA acima referida.



Demonstrações contábeis e informações contábeis intermediárias comparativas do exercício e trimestre anteriores examinadas e revisadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram submetidas a procedimentos de auditoria por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 22 de março de 2017, com Abstenção de Opinião, por conter o mesmo assunto descrito no parágrafo "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas". Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2016, também apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2(b), foram submetidos a procedimentos de revisão por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 09 de agosto de 2017, com Abstenção de conclusão, por também conter o mesmo assunto descrito no parágrafo "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas".

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/F

Esmir de Oliveira
Contador CRC 1 SP 109628/O-0 - S - RJ

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	17
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	18
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	21
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	668.034
Preferenciais	157.727
Total	825.761
Em Tesouraria	
Ordinárias	148.282
Preferenciais	1.812
Total	150.094

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

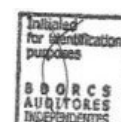
Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	56.248.947	56.797.839
1.01	Ativo Circulante	13.755.982	13.620.469
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.102.580	4.190.027
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.698	20.723
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.698	20.723
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	9.698	20.723
1.01.03	Contas a Receber	2.269.351	1.897.907
1.01.03.01	Clientes	2.269.351	1.897.907
1.01.04	Estoques	31.704	10.933
1.01.06	Tributos a Recuperar	165.062	557.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	165.062	557.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	125.339	55.068
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.052.248	6.888.811
1.01.08.03	Outros	7.052.248	6.888.811
1.01.08.03.01	Créditos com Controladas	840.201	783.469
1.01.08.03.03	Outros Tributos	328.045	330.772
1.01.08.03.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	573.557	690.050
1.01.08.03.05	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	882.081	872.574
1.01.08.03.06	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	3.532	5.834
1.01.08.03.07	Ativos Mantidos para Venda	3.505.077	3.667.074
1.01.08.03.08	Demais Ativos	919.755	539.038
1.02	Ativo Não Circulante	42.492.965	43.177.370
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.440.266	14.360.138
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.466	4.255
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	4.466	4.255
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.099.168	2.079.665
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.099.168	2.079.665
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	15.458	5.212
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.007.971	2.857.909
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	3.007.971	2.857.909
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.313.203	9.413.097
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	8.972.699	8.793.216
1.02.01.09.04	Outros Tributos	197.252	192.651
1.02.01.09.05	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	112.575	106.152
1.02.01.09.07	Demais Ativos	30.677	321.078
1.02.02	Investimentos	13.526.087	14.974.531
1.02.02.01	Participações Societárias	13.526.087	14.974.531
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	13.500.397	14.948.841
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	25.690	25.690
1.02.03	Imobilizado	6.119.515	5.973.829
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.489.814	5.586.518
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	629.701	387.311
1.02.04	Intangível	7.407.097	7.868.872
1.02.04.01	Intangíveis	7.407.097	7.868.872
1.02.04.01.02	Software	78.842	21.647
1.02.04.01.03	Intangível em Formação	13.024	105.061

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1.02.04.01.05	Licenças Regulatórias	7.237.736	7.664.504
1.02.04.01.06	Outros	77.495	77.660

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	56.248.947	56.797.839
2.01	Passivo Circulante	23.517.994	21.066.991
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	102.275	112.182
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	102.275	112.182
2.01.02	Fornecedores	2.027.960	2.032.791
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.027.960	2.032.791
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.076	63.009
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.076	63.009
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.076	63.009
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.203.402	16.182.444
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	17.203.402	16.182.444
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	7.341.066	6.945.792
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.862.336	9.236.652
2.01.05	Outras Obrigações	3.666.658	2.054.079
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.087.592	667.713
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	2.087.592	667.713
2.01.05.02	Outros	1.579.066	1.386.366
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.165	5.206
2.01.05.02.04	Outros Tributos	944.163	866.595
2.01.05.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	127.349	56.972
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	104.694	104.694
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	0	29.256
2.01.05.02.08	Demais Obrigações	397.695	323.643
2.01.06	Provisões	511.623	622.486
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	511.623	622.486
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	869	869
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	48.684	46.496
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	171.669	146.614
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	290.401	428.507
2.02	Passivo Não Circulante	24.289.805	24.066.239
2.02.02	Outras Obrigações	21.682.433	21.689.153
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	19.105.267	18.898.824
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	19.105.267	18.898.824
2.02.02.02	Outros	2.577.166	2.790.329
2.02.02.02.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	419.615	389.312
2.02.02.02.05	Outros Tributos	38.285	175.261
2.02.02.02.06	Demais Obrigações	2.119.266	2.225.756
2.02.04	Provisões	2.607.372	2.377.086
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.607.372	2.377.086
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	103.894	48.674
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	460.421	446.406
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	441.865	450.126
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.601.192	1.431.880
2.03	Patrimônio Líquido	8.441.148	11.664.609
2.03.01	Capital Social Realizado	21.438.374	21.438.374
2.03.02	Reservas de Capital	7.711.282	7.711.282



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.531.092	-5.531.092
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.933.200	1.933.200
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	8.658.079	8.658.079
2.03.02.10	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-20.321.611	-16.849.417
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-519.300	-373.513
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	132.403	-262.117

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.227.162	2.483.989	1.474.636	2.955.788
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-858.262	-1.754.008	-903.103	-1.932.269
3.03	Resultado Bruto	368.900	729.981	571.533	1.023.519
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.894.282	-2.451.493	-1.757.233	-2.566.412
3.04.01	Despesas com Vendas	-226.709	-433.778	-262.264	-509.906
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-227.550	-447.908	-315.889	-636.361
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	303.672	418.862	196.978	361.933
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-132.032	-252.721	-284.910	-421.136
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.611.663	-1.735.948	-1.091.148	-1.360.942
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.525.382	-1.721.512	-1.185.700	-1.542.893
3.06	Resultado Financeiro	-2.891.892	-2.888.793	1.256.434	-426.963
3.06.01	Receitas Financeiras	418.788	1.106.636	2.048.501	3.327.634
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.310.680	-3.995.429	-792.067	-3.754.597
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.417.274	-4.610.305	70.734	-1.969.856
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.145.241	1.138.111	-729.578	-528.328
3.08.01	Corrente	-121.526	-128.654	-7.159	-11.824
3.08.02	Diferido	1.266.767	1.266.765	-722.419	-516.504
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.272.033	-3.472.194	-658.844	-2.498.184
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.272.033	-3.472.194	-658.844	-2.498.184
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-4,84000	-5,14000	-0,98000	-3,70000
3.99.01.02	PN	-4,84000	-5,14000	-0,98000	-3,70000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-4,84000	-5,14000	-0,98000	-3,70000
3.99.02.02	PN	-4,84000	-5,14000	-0,98000	-3,70000



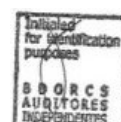
DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.272.033	-3.472.194	-658.844	-2.498.184
4.02	Outros Resultados Abrangentes	396.155	394.520	-592.517	-621.924
4.02.01	Ganho (Perda) de Contabilidade de "hedge"	0	0	91.793	450.593
4.02.02	Ganho (Perda) de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	34.504	55.294
4.02.03	Ganho (Perda) Atuarial	652	45.263	-10.083	-10.083
4.02.04	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior	-22.439	-102.032	-132.812	-366.272
4.02.05	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior Reflexa	418.164	466.679	-548.137	-601.682
4.02.06	Efeito dos Impostos sobre Outros Resultados Abrangentes	-222	-15.390	-27.782	-149.774
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.875.878	-3.077.674	-1.251.361	-3.120.108



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	143.992	-1.064.606
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	687.473	604.462
6.01.01.01	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-4.610.305	-1.969.856
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	2.217.097	-3.747.796
6.01.01.03	Operações de instrumentos financeiros derivativos	0	3.725.554
6.01.01.04	Depreciação e amortização	932.005	1.044.744
6.01.01.05	Perdas sobre contas a receber	43.792	42.001
6.01.01.06	Provisões	99.016	227.879
6.01.01.07	Provisão para fundos de pensão	220	4.945
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	1.735.948	1.360.942
6.01.01.09	Perda na baixa de ativo permanente	12.351	9.377
6.01.01.10	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	14.423	15.079
6.01.01.11	Participação de empregados e administradores	-3.683	2.200
6.01.01.12	Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	-38.432	-17.362
6.01.01.13	Atualização monetária de provisões	148.421	61.701
6.01.01.14	Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	3.340	9.597
6.01.01.15	Dividendos prescritos	0	-35.536
6.01.01.16	Outros	133.280	-129.007
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-593.646	-953.995
6.01.02.01	Contas a receber	-354.065	533.788
6.01.02.02	Estoques	-9.048	6.980
6.01.02.03	Tributos	422.058	-331.719
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-10.506	-179.623
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	22.364	161.162
6.01.02.06	Fornecedores	-252.348	-186.511
6.01.02.07	Salários, encargos sociais e benefícios	-6.223	-67.605
6.01.02.08	Provisões	-34.806	-181.802
6.01.02.09	Provisão para fundos de pensão	0	-50.000
6.01.02.10	Outras contas ativas e passivas	-371.072	-658.665
6.01.03	Outros	50.165	-715.073
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-320	-718.960
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-15.257	-9.965
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	0	-21.857
6.01.03.04	Dividendos recebidos	65.742	35.709
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-151.557	-2.962.410
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-376.796	-327.489
6.02.02	Créditos com partes relacionadas e debêntures - Liberação	0	-2.155.795
6.02.03	Créditos com partes relacionadas e debêntures - Recebimento	15.400	2.075.870
6.02.04	Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	18	42.248
6.02.05	Caixa recebido por redução de capital em controladas	150.000	0
6.02.06	Depósitos e bloqueios judiciais	-23.493	-768.607



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.02.07	Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	83.319	345.518
6.02.08	Aumento de capital em controladas	0	-2.174.164
6.02.09	Aumento/Redução de investimentos permanentes	-5	9
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-82.742	5.471.880
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	0	-3.333.010
6.03.03	Débitos com partes relacionadas e debêntures - Captações	11	20.706.564
6.03.04	Débitos com partes relacionadas e debêntures - Pagamentos	0	-11.866.885
6.03.05	Autorizações e concessões	-36.043	0
6.03.06	Programa de refinanciamento fiscal	-46.669	-32.732
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-41	-2.057
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	2.860	-1.033
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-87.447	1.443.831
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.190.027	1.518.584
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.102.580	2.962.415

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	7.711.282	0	-16.849.417	-635.630	11.664.609
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	7.711.282	0	-16.849.417	-635.630	11.664.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.472.194	248.733	-3.223.461
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.472.194	0	-3.472.194
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	248.733	248.733
5.05.02.06	Ganho Atuarial	0	0	0	0	29.873	29.873
5.05.02.07	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-102.032	-102.032
5.05.02.08	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	466.679	466.679
5.05.02.09	Redução de Participação em Controlada	0	0	0	0	-145.787	-145.787
5.07	Saldos Finais	21.438.374	7.711.282	0	-20.321.611	-386.897	8.441.148



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	7.711.282	0	-9.905.911	-35.287	19.208.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	7.711.282	0	-9.905.911	-35.287	19.208.458
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.498.184	-621.925	-3.120.109
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.498.184	0	-2.498.184
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-621.925	-621.925
5.05.02.06	Ganho de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	297.390	297.390
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	55.294	55.294
5.05.02.08	Perda Atuarial	0	0	0	0	-6.655	-6.655
5.05.02.09	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-366.272	-366.272
5.05.02.10	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	-601.682	-601.682
5.07	Saldos Finais	21.438.374	7.711.282	0	-12.404.095	-657.212	16.088.349



DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	3.726.987	4.190.184
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.360.242	3.880.919
7.01.02	Outras Receitas	410.537	351.266
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-43.792	-42.001
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.304.380	-1.558.455
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-139.854	-323.439
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.132.296	-1.202.647
7.02.04	Outros	-32.230	-32.369
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.422.607	2.631.729
7.04	Retenções	-1.243.569	-1.471.750
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-932.005	-1.044.744
7.04.02	Outras	-311.564	-427.006
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-247.437	-289.580
7.04.02.03	Outras Despesas	-64.127	-137.426
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.179.038	1.159.979
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-629.312	1.966.692
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.735.948	-1.360.942
7.06.02	Receitas Financeiras	1.106.636	3.327.634
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	549.726	3.126.671
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	549.726	3.126.671
7.08.01	Pessoal	172.554	192.940
7.08.01.01	Remuneração Direta	120.398	137.942
7.08.01.02	Benefícios	36.767	39.095
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.406	11.785
7.08.01.04	Outros	3.983	4.118
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-312.491	1.329.895
7.08.02.01	Federais	-1.077.821	591.270
7.08.02.02	Estaduais	735.216	730.884
7.08.02.03	Municipais	30.114	7.741
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.161.857	4.102.020
7.08.03.01	Juros	3.870.270	3.763.509
7.08.03.02	Aluguéis	291.587	338.511
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.472.194	-2.498.184
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.472.194	-2.498.184

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	82.937.581	82.171.198
1.01	Ativo Circulante	26.374.940	26.706.577
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.328.611	7.563.251
1.01.02	Aplicações Financeiras	17.295	116.532
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17.295	116.532
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	17.295	116.532
1.01.03	Contas a Receber	8.565.835	8.347.459
1.01.03.01	Clientes	8.565.835	8.347.459
1.01.04	Estoques	504.438	355.002
1.01.06	Tributos a Recuperar	582.014	1.320.904
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	582.014	1.320.904
1.01.07	Despesas Antecipadas	720.208	293.689
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.656.539	8.709.740
1.01.08.03	Outros	8.656.539	8.709.740
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	763.756	977.550
1.01.08.03.03	Outros Tributos	1.381.354	1.222.989
1.01.08.03.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	3.955	6.539
1.01.08.03.06	Ativos Mantidos para Venda	4.964.224	5.403.903
1.01.08.03.07	Demais Ativos	1.543.250	1.098.759
1.02	Ativo Não Circulante	56.562.641	55.464.621
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.089.611	17.887.509
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	84.928	169.473
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	84.928	169.473
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.562.396	2.515.254
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.562.396	2.515.254
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	24.184	11.195
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	15.418.103	15.191.587
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	14.327.836	14.122.527
1.02.01.09.04	Outros Tributos	752.443	738.825
1.02.01.09.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	116.628	109.965
1.02.01.09.07	Demais Ativos	221.196	220.270
1.02.02	Investimentos	138.942	135.652
1.02.02.01	Participações Societárias	138.942	135.652
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	42.538	38.139
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	96.404	97.513
1.02.03	Imobilizado	26.343.391	26.268.167
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.643.056	23.854.397
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.700.335	2.413.770
1.02.04	Intangível	10.990.697	11.173.293
1.02.04.01	Intangíveis	10.990.697	11.173.293
1.02.04.01.02	Software	1.156.432	1.152.796
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	21.173	112.842
1.02.04.01.05	Licenças Regulatórias	8.363.975	8.877.400
1.02.04.01.06	Ágio	1.183.929	788.656
1.02.04.01.07	Outros	265.188	241.599

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	82.937.581	82.171.198
2.01	Passivo Circulante	65.217.073	60.749.243
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	708.246	668.498
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	708.246	668.498
2.01.02	Fornecedores	7.035.945	6.360.629
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.035.945	6.360.629
2.01.03	Obrigações Fiscais	350.034	472.959
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	350.034	472.959
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	350.034	472.959
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	51.825.346	48.086.287
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	51.825.346	48.086.287
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.197.487	13.447.931
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	37.627.859	34.638.356
2.01.05	Outras Obrigações	4.547.056	4.250.569
2.01.05.02	Outros	4.547.056	4.250.569
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.238	6.442
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	104.694	104.694
2.01.05.02.05	Outros Tributos	1.790.083	1.814.335
2.01.05.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	257.954	105.514
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	12.252	106.677
2.01.05.02.08	Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	672.503	544.865
2.01.05.02.09	Demais Obrigações	1.703.332	1.568.042
2.01.06	Provisões	750.446	910.301
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	750.446	910.301
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	17.208	10.655
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	65.497	109.723
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	172.001	146.915
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	495.740	643.008
2.02	Passivo Não Circulante	8.936.349	8.966.349
2.02.02	Outras Obrigações	3.932.895	4.412.747
2.02.02.02	Outros	3.932.895	4.412.747
2.02.02.02.03	Outros Tributos	851.605	1.073.380
2.02.02.02.05	Autorizações e Concessões a Pagar	4.129	4.073
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	740.120	654.942
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	2.337.041	2.680.352
2.02.04	Provisões	5.003.454	4.553.602
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.003.454	4.553.602
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	548.145	565.477
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.269.988	998.556
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	441.898	450.159
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.743.423	2.539.410
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.784.159	12.455.606
2.03.01	Capital Social Realizado	21.438.374	21.438.374
2.03.02	Reservas de Capital	7.711.282	7.711.282
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.531.092	-5.531.092

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.933.200	1.933.200
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	8.658.079	8.658.079
2.03.02.10	Juros Sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-20.321.611	-16.849.417
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-519.300	-373.513
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	132.403	-262.117
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	343.011	790.997

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.838.833	11.998.389	6.524.129	13.279.240
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.919.588	-7.917.180	-4.383.436	-8.770.839
3.03	Resultado Bruto	1.919.245	4.081.209	2.140.693	4.508.401
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.714.721	-3.673.091	-2.293.587	-4.527.464
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.091.512	-2.141.518	-1.157.297	-2.215.306
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-778.344	-1.611.337	-927.181	-1.850.846
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	759.035	1.152.721	418.628	789.040
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-607.713	-1.073.561	-627.162	-1.249.430
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.813	604	-575	-922
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	204.524	408.118	-152.894	-19.063
3.06	Resultado Financeiro	-4.980.762	-5.096.025	622.395	-1.280.407
3.06.01	Receitas Financeiras	772.026	1.370.040	435.229	713.317
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.752.788	-6.466.065	187.166	-1.993.724
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.776.238	-4.687.907	469.501	-1.299.470
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.472.916	1.184.189	-1.291.245	-1.337.160
3.08.01	Corrente	-402.014	-631.440	-150.825	-307.304
3.08.02	Diferido	1.874.930	1.815.629	-1.140.420	-1.029.856
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.303.322	-3.503.718	-821.744	-2.636.630
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-3.303.322	-3.503.718	-821.744	-2.636.630
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.272.033	-3.472.194	-658.844	-2.498.184
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-31.289	-31.524	-162.900	-138.446
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-4,84000	-5,14000	-0,98000	-3,70000
3.99.01.02	PN	-4,84000	-5,14000	-0,98000	-3,70000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-4,84000	-5,14000	-0,98000	-3,70000
3.99.02.02	PN	-4,84000	-5,14000	-0,98000	-3,70000



DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-3.303.322	-3.503.718	-821.744	-2.636.630
4.02	Outros Resultados Abrangentes	395.045	206.401	-740.400	-851.336
4.02.01	Ganho (Perda) de Contabilidade de "hedge"	0	0	144.072	534.372
4.02.02	Ganho (Perda) Atuarial	652	45.263	-10.083	-10.083
4.02.03	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	394.615	176.528	-828.832	-1.197.366
4.02.04	Efeito dos Impostos sobre Outros Resultados Abrangentes	-222	-15.390	-45.557	-178.259
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.908.277	-3.297.317	-1.562.144	-3.487.966
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.875.878	-3.077.674	-1.251.361	-3.120.108
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-32.399	-219.643	-310.783	-367.858



DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.391.091	-914.652
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.745.292	2.651.751
6.01.01.01	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-4.687.907	-1.299.470
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	3.325.665	-5.274.874
6.01.01.03	Operações de instrumentos financeiros derivativos	0	5.079.077
6.01.01.04	Depreciação e amortização	2.931.917	3.220.133
6.01.01.05	Perdas sobre contas a receber	345.846	291.537
6.01.01.06	Provisões	202.890	494.457
6.01.01.07	Provisão para fundos de pensão	280	5.800
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	-604	922
6.01.01.09	Perda na baixa de ativo permanente	99.649	14.008
6.01.01.10	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	41.510	48.212
6.01.01.11	Participação de empregados e administradores	8.890	10.649
6.01.01.12	Atualização monetária de provisões	258.549	194.403
6.01.01.13	Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	6.229	16.189
6.01.01.14	Dividendos prescritos	0	-37.015
6.01.01.15	Outros	212.378	-112.277
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-125.194	-1.141.691
6.01.02.01	Contas a receber	-563.712	-476.329
6.01.02.02	Estoques	-50.480	354
6.01.02.03	Tributos	507.982	-784.664
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-298.404	-1.282.267
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	498.203	2.984.198
6.01.02.06	Fornecedores	329.942	-203.266
6.01.02.07	Salários, encargos sociais e benefícios	26.199	-88.520
6.01.02.08	Provisões	-242.135	-447.163
6.01.02.09	Provisões para fundos de pensão	0	-50.000
6.01.02.10	Variação de ativos e passivos mantidos para venda	323.176	346.503
6.01.02.11	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	7.457
6.01.02.12	Outras contas ativas e passivas	-655.965	-1.147.994
6.01.03	Outros	-229.007	-2.424.712
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-1.654	-2.230.705
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-141.926	-86.191
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-85.427	-107.816
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.090.908	-2.810.113
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-2.122.857	-2.173.655
6.02.02	Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	192	2.265
6.02.03	Depósitos e bloqueios judiciais	-129.282	-1.149.494
6.02.04	Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	161.039	510.771
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-542.653	-6.316.070
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	-659	-6.025.673
6.03.03	Autorizações e concessões	-103.119	-203.449

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.03.04	Programa de refinanciamento fiscal	-79.001	-49.186
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-59.445	-37.762
6.03.06	Recompra de ações	-300.429	0
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	7.830	-4.875
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-234.640	-10.045.710
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.563.251	14.898.063
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.328.611	4.852.353

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	7.711.282	0	-16.849.417	-635.630	11.664.609	790.997	12.455.606
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	7.711.282	0	-16.849.417	-635.630	11.664.609	790.997	12.455.606
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.472.194	248.733	-3.223.461	-447.986	-3.671.447
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.472.194	0	-3.472.194	-31.524	-3.503.718
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	248.733	248.733	-416.462	-167.729
5.05.02.06	Ganho Atuarial	0	0	0	0	29.873	29.873	0	29.873
5.05.02.07	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-102.032	-102.032	-188.119	-290.151
5.05.02.08	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	466.679	466.679	0	466.679
5.05.02.09	Redução de Participação em Controlada	0	0	0	0	-145.787	-145.787	-228.343	-374.130
5.07	Saldos Finais	21.438.374	7.711.282	0	-20.321.611	-386.897	8.441.148	343.011	8.784.159



DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	7.711.282	0	-9.905.911	-35.287	19.208.458	1.190.547	20.399.005
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	7.711.282	0	-9.905.911	-35.287	19.208.458	1.190.547	20.399.005
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.498.184	-621.925	-3.120.109	-367.858	-3.487.967
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.498.184	0	-2.498.184	-138.446	-2.636.630
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-621.925	-621.925	-229.412	-851.337
5.05.02.06	Ganho de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	297.390	297.390	0	297.390
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	55.294	55.294	0	55.294
5.05.02.08	Perda Atuarial	0	0	0	0	-6.655	-6.655	0	-6.655
5.05.02.09	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-366.272	-366.272	-229.412	-595.684
5.05.02.10	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	-601.682	-601.682	0	-601.682
5.07	Saldos Finais	21.438.374	7.711.282	0	-12.404.095	-657.212	16.088.349	822.689	16.911.038



DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	16.653.115	17.721.920
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.900.967	17.253.928
7.01.02	Outras Receitas	1.097.994	759.529
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-345.846	-291.537
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.579.206	-6.271.074
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-533.342	-732.188
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.660.772	-5.112.221
7.02.04	Outros	-385.092	-426.665
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.073.909	11.450.846
7.04	Retenções	-3.494.191	-4.222.805
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.931.917	-3.220.133
7.04.02	Outras	-562.274	-1.002.672
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-461.439	-688.860
7.04.02.03	Outras Despesas	-100.835	-313.812
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.579.718	7.228.041
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.370.644	712.395
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	604	-922
7.06.02	Receitas Financeiras	1.370.040	713.317
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.950.362	7.940.436
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.950.362	7.940.436
7.08.01	Pessoal	1.148.148	1.276.036
7.08.01.01	Remuneração Direta	814.351	908.443
7.08.01.02	Benefícios	230.044	247.555
7.08.01.03	F.G.T.S.	71.932	84.132
7.08.01.04	Outros	31.821	35.906
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.866.996	5.202.665
7.08.02.01	Federais	-584.514	1.947.841
7.08.02.02	Estaduais	3.172.851	3.164.152
7.08.02.03	Municipais	278.659	90.672
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.438.936	4.098.365
7.08.03.01	Juros	6.311.513	1.930.416
7.08.03.02	Aluguéis	2.127.423	2.167.949
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.503.718	-2.636.630
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.472.194	-2.498.184
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-31.524	-138.446

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“Telemar”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada Telemar junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Em 30 de dezembro de 2015, a ANATEL anunciou que a revisão a ser implementada até o final de 2015 havia sido postergada até 30 de abril de 2016. Posteriormente, em 29 de abril de 2016, a ANATEL decidiu, por meio de Circuito Deliberativo, postergar novamente a assinatura da revisão dos contratos, desta vez para 31 de dezembro de 2016. Mais uma vez, em 30 de dezembro de 2016 e novamente por Circuito Deliberativo, a ANATEL prorrogou a assinatura dos contratos de concessão para até 30 de junho de 2017. Em 29 de junho de 2017, a ANATEL informou, por meio de ofício, que não mais realizaria as alterações nos contratos de concessão nesta oportunidade. Assim, até o final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2025, há ainda a oportunidade de revisão em 30 de dezembro de 2020. Vale observar que o Projeto de Lei da Câmara 79/2016 prevê em seu texto uma alteração excepcional dos contratos de concessão para que se ajustem à possibilidade de migração do regime público para o regime privado de prestação do STFC, portanto, se promulgado na forma que está proposto, é possível uma alteração do contrato de concessão fora da data de 30 de dezembro de 2020.

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Africatel. A Companhia presta serviços em Moçambique e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias Listas Telefónicas de Moçambique (“LTM”) e Companhia Santomense de Telecomunicações SARL (“CST”). Adicionalmente, a Africatel possui participação indireta de 25% na Unitel S.A. (“Unitel”) e de 40% na Cabo Verde Telecom S.A. (“CVT”), as quais prestam serviços de telecomunicações em Angola e Cabo Verde, respectivamente.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na Ásia, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” representativos de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão negociados na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 9 de agosto de 2017, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração do mesmo dia.

Recuperação Judicial

Em 20 de junho de 2016, a Oi ajuizou, em caráter de urgência, em conjunto com as suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel, Telemar, Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Copart 4”), Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Copart 5”), Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial (“PTIF”) e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Holanda”) (em conjunto com a Companhia, as “Empresas Oi”) pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos órgãos societários competentes.

Conforme amplamente divulgado ao mercado, a Companhia vinha empreendendo esforços e realizando estudos, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, para otimizar sua liquidez e perfil de endividamento. A Companhia, considerando os desafios decorrentes da situação econômico-financeira à luz do cronograma de vencimento de suas dívidas financeiras, ameaças ao fluxo de caixa representadas por iminentes penhoras ou bloqueios decorrentes de processos judiciais, e tendo em vista a urgência na adoção de medidas de proteção das Empresas Oi, concluiu que a apresentação do pedido de recuperação judicial seria a medida mais adequada, para (i) preservar a continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro das regras e compromissos assumidos com a ANATEL, (ii) preservar o valor das Empresas Oi, (iii) manter a continuidade de seu negócio e sua função social, protegendo assim de forma organizada os interesses das Empresas Oi, de seus clientes, de seus acionistas e demais partes interessadas, e (iv) proteger o caixa das Empresas Oi.

O ajuizamento do pedido de recuperação judicial é mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continuará trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo suas vendas de serviços e produtos para todos os segmentos de mercado em todos os seus canais de distribuição e atendimento. As atividades de instalação, manutenção e reparo também continuarão sendo desempenhadas prontamente pelas Empresas Oi e suas subsidiárias. Toda a força de trabalho da Oi manterá normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas. A Oi mantém o foco nos investimentos em projetos estruturantes que visam promover melhoria de qualidade na prestação de seus serviços, de forma a continuar levando avanços tecnológicos, alto padrão de atendimento e inovação aos clientes.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 22 de junho de 2016, o Tribunal Federal de Falências no Distrito Sul de Nova York (“Corte de Falências dos Estados Unidos”) deferiu o pedido de tutela provisória requerida pela Companhia, Telemar, Oi Holanda e Oi Móvel (as quatro, em conjunto, designadas como “Devedoras”) nos processos ajuizados em 21 de junho de 2016, nos termos previstos no Capítulo 15 do Código de Falências dos Estados Unidos.

A decisão da tutela impede os credores de iniciarem ações contra as Devedoras ou seus bens localizados dentro da jurisdição territorial dos Estados Unidos, e de rescindirem os contratos existentes regidos pelas leis dos Estados Unidos dos quais as Devedoras sejam parte.

Em 21 de julho de 2016, foi realizada uma audiência para que a Corte de Falência dos Estados Unidos apreciasse os pedidos das Devedoras e, tendo em vista que nenhuma objeção ao reconhecimento foi apresentada, a Corte de Falências dos Estados Unidos proferiu decisão reconhecendo o processo de recuperação judicial como um procedimento principal estrangeiro com relação a cada uma das Devedoras. Como consequência do reconhecimento, uma suspensão foi aplicada automaticamente, impedindo o ajuizamento de ações nos Estados Unidos contra as Devedoras e seus bens localizados em território norte-americano, incluindo ações para rescindir ou de outro modo interferir nos contratos operacionais de telecomunicações das Devedoras nos Estados Unidos.

Em 23 de junho de 2016, a Suprema Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales emitiu ordens reconhecendo, com relação à Companhia, Telemar e Oi Móvel, o pedido de recuperação judicial formulado no Brasil nos termos da Lei nº 11.101/2005 como procedimento principal estrangeiro segundo a Legislação Modelo da UNCITRAL – “*United Nations Commission on International Trade Law*” sobre Insolvência Transfronteiriça, conforme estabelecido no Anexo 1 do Regulamento de Insolvência Transfronteiriça de 2006 (S.I. 2006 Nº 1030) (“Ordens de Reconhecimento”).

As Ordens de Reconhecimento estabelecem que o início ou prosseguimento de procedimentos (incluindo quaisquer ações de execução) na Inglaterra e País de Gales com relação aos ativos, direitos, obrigações e responsabilidades da Companhia, Telemar e Oi Móvel está suspenso a partir de 23 de junho de 2016.

Em 29 de junho de 2016, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação Judicial”) deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi, determinando, entre outras medidas, especialmente:

- a) a intimação da ANATEL para apresentar, no prazo de 5 dias, até 5 nomes de pessoas jurídicas com idoneidade e expertise sobre a matéria, para serem avaliados para nomeação como administrador judicial;
- b) a ratificação da decisão que concedeu medida de urgência, no sentido de dispensar as Empresas Oi da apresentação de certidões negativas para que exerçam suas atividades;
- c) a rerratificação da decisão que concedeu medida de urgência, no tocante à suspensão de todas as ações e execuções por 180 dias úteis;

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) a suspensão da eficácia de cláusulas inseridas em contratos firmados pelas Empresas Oi que acarretem a extinção de tais contratos em razão do pedido de recuperação judicial;
- e) a permissão para que as Empresas Oi participem de processos licitatórios de todas as espécies;
- f) que as Empresas Oi acrescentem após seu nome empresarial a expressão "em recuperação judicial", de acordo com o previsto na Lei nº 11.101/2005;
- g) a suspensão apenas da publicidade dos protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito, em face das Empresas Oi, pelo prazo de 180 dias úteis;
- h) a apresentação por parte das Empresas Oi das contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;
- i) que sejam oficiadas todas as Presidências e Corregedorias Gerais de Justiça do Brasil (Tribunais Superiores, Estaduais e Federais), e Corregedorias dos Tribunais Regionais e Superior do Trabalho, informando a suspensão das ações nos termos explicitados na decisão e solicitando a expedição de aviso às respectivas serventias judiciais subordinadas, no sentido de que: I) a habilitação dos créditos sujeitos à recuperação judicial deverá ser formalizada nos termos da Lei nº 11.101/2005, e não se processará de ofício, mas sim, mediante requerimento formal do próprio credor, instruído da devida certidão de crédito, e II) as ações judiciais em curso, sejam as requerentes autoras ou rés, e que demandem quantia ilíquida, na forma prevista no art.6º, § 1º da Lei nº 11.101/2005, deverão prosseguir no juízo no qual estiverem se processando, até a execução; e os provimentos jurisdicionais que traduzam constrição patrimonial ou que versem sobre o bloqueio ou penhora de quantia ilíquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes, ou interfira na posse de bens afetos a sua atividade empresarial também deverão ser suspensos, cabendo ao juízo da recuperação judicial a análise do caso concreto; e
- j) que os credores poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembleia geral para a constituição do comitê de credores ou substituição de seus membros, observado o disposto na Lei nº 11.101/2005.

A decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi determinou que todos os prazos processuais fossem contados em dias úteis. A esse respeito, embora a decisão tenha determinado que o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) fosse apresentado em 60 dias úteis, o Ministério Público interpôs agravo de instrumento requerendo fosse esse prazo contado em dias corridos. Diante do agravo interposto pelo Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial reconsiderou sua decisão, determinando que o PRJ fosse apresentado em 60 dias corridos, contados da publicação da decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial.

Em 22 de julho de 2016, o pedido de recuperação judicial foi ratificado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os acionistas também autorizaram a administração da Companhia a tomar todas as providências e praticar os atos necessários com relação à recuperação judicial das Empresas Oi, bem como ratificaram todos os atos tomados até esta data.

Em 22 de julho de 2016, o Juízo da Recuperação Judicial nomeou a PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. para exercer a função de administrador judicial financeiro, e o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald para exercer a função de administrador judicial legal (em conjunto, o “Administrador Judicial”) das Empresas Oi.

Diante da retratação do Juízo da Recuperação Judicial sobre a forma de contagem do prazo para apresentação do plano, conforme acima referido, em 5 de setembro de 2016 as Empresas Oi protocolaram o PRJ, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das Empresas Oi, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira das Empresas Oi e à continuidade de suas atividades, inclusive por meio de (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de bens do ativo permanente.

Em 20 de setembro de 2016, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pelas Empresas Oi (“Primeira Lista de Credores”). O total dos créditos com pessoas não controladas pela Oi, conforme a Primeira Lista de Credores soma, aproximadamente, R\$ 65,1 bilhões. A partir desta publicação, os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar ao Administrador Judicial (i) uma habilitação de crédito (a “Habilitação de Crédito” ou “Habilitação”), se o crédito não fosse incluído na Primeira Lista de Credores, ou (ii) uma divergência (a “Divergência”), se, de acordo com o credor, o valor na Primeira Lista de Credores estivesse incorreto, ou o crédito fosse classificado incorretamente. O prazo para apresentação de Habilitação e/ou Divergência pelos credores encerrou-se no dia 11 de outubro 2016.

Em 2 de março de 2017, o Juízo de Comércio de Lisboa – Juiz 3 do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, emitiu decisão reconhecendo, com relação à Oi e a Telemar, a decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial formulado no Brasil.

Em 22 de março de 2017, o Conselho de Administração da Oi aprovou as condições financeiras básicas a serem ajustadas no PRJ, bem como autorizou a Diretoria e os assessores da Oi a apresentarem, assim que possível, aditivo ao PRJ ao Juízo da Recuperação Judicial, conforme divulgado pela Oi em Fato Relevante na mesma data, tendo tais condições sido apresentadas em juízo em 28 de março de 2017. No entanto, ressalta-se que o PRJ aditado ainda não foi apresentado em juízo.

Em 31 de março de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu uma decisão substituindo a PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. de sua função de administrador financeiro pelo Consórcio BDOPro, o qual declinou da nomeação. Assim, em 10 de abril de 2017 o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald foi nomeado como único administrador judicial da Recuperação Judicial das Empresas Oi.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme divulgado nas Informações Trimestrais do período findo em 31 de março de 2017, o Administrador Judicial revisava a Primeira Lista de Credores e, após revisar a mesma, levando em consideração as Habilitações de Crédito e Divergências, apresentou a relação de credores publicada no Edital de 29 de maio de 2017. (“Relação de Credores”).

A partir da publicação da Relação de Credores, tiveram início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias úteis para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Relação de Credores (a “Impugnação”); e (ii) um prazo de 30 dias úteis para os credores apresentarem suas objeções ao Plano de Recuperação Judicial (a “Objeção”).

O prazo para apresentação de Impugnação encerrou-se em 12 de junho de 2017.

O Plano de Recuperação Judicial deverá ser aprovado em Assembleia de Credores em data a ser designada pelo Juízo da Recuperação Judicial. Após essa aprovação, o Plano deverá ser homologado pelo juiz.

No contexto da operação da recuperação judicial, certos saldos de ativos e passivos consolidados aumentaram em resultado da entrada em recuperação judicial de algumas empresas do Grupo Oi e consequente suspensão de pagamento de determinadas obrigações financeiras. Os principais saldos de ativos e passivos consolidados impactados foram: caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber referente a serviços prestados de forma recíproca entre as operadoras de telefonia, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Programa para Acordo com Credores

Em 23 de junho de 2017, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, informando que, conforme autorizado pelo Juízo da Recuperação Judicial, seria iniciado, programa para acordo com credores das Empresas Oi constantes da Relação de Credores do administrador judicial, publicada em 29 de maio de 2017 (“Credor Oi” e “Programa para Acordo com Credores” ou “Programa”, respectivamente), cuja plataforma para fins de cadastramento dos Credores Oi encontra-se disponível no site www.recjud.com.br desde o dia 26 de junho de 2017.

O Programa para Acordo com Credores prevê, para o Credor Oi cujo crédito for inferior ou igual a R\$ 50.000,00, a antecipação, pelo Grupo Oi, de 90% do valor objeto do programa, mediante a aceitação do acordo pelo Credor Oi, sendo os 10% do crédito remanescente recebidos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, a serem pagos no prazo e nas condições previstos no Programa para Acordo com Credores. O Credor Oi cujo crédito for superior a R\$ 50.000,00 também terá o direito de participar do Programa para Acordo com Credores, caso em que receberá uma antecipação de R\$ 50.000,00, mediante a aceitação do acordo pelo Credor Oi no prazo e nas condições previstos no Programa para Acordo com Credores e o excedente do crédito será pago na forma do Plano. O Programa para Acordo com Credores beneficiará os Credores Oi participantes na medida em que possibilitará a antecipação de parte do valor objeto do Programa.

O Programa para Acordo com Credores será iniciado pelo Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, serão atendidos os Credores Oi dos demais Estados e os Credores Oi que não sejam residentes e domiciliados no Brasil, de forma gradativa, em datas a serem divulgadas oportunamente nos websites www.credor.oi.com.br e www.recjud.com.br.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por força de uma decisão proferida no âmbito de um recurso apresentado em face da decisão que deferiu o Programa para Acordo com Credores, o seu início está suspenso, estando atualmente a plataforma do programa aberta somente para credenciamento dos credores.

Mediação com a ANATEL

Conforme descrito no Plano de Recuperação da Companhia, a imposição de multas administrativas elevadas e, no entendimento da Companhia, desproporcionais, pela ANATEL se constituiu em um dos elementos que contribuíram para o agravamento da sua crise financeira e, conseqüentemente, resultou no pedido de recuperação judicial.

Adicionalmente, a Companhia discute com a ANATEL uma solução para as multas administrativas impostas por essa Agência, sendo que do pleito total, e conforme relacionado na RJ, a Companhia informa que tem conhecimento de processos administrativos sancionatórios que podem atingir o somatório de cerca de R\$ 13,3 bilhões, em 30 de junho de 2016, considerando multas aplicadas e ainda em tramitação administrativa sem aplicação de multa, contra o Grupo Oi, dos quais vinham reconhecendo como provisão para contingências, conforme nota explicativa nº 20, os montantes de R\$ 353.051 e R\$ 1.170.133, respectivamente individual e consolidado, em 30 de junho de 2017. A Companhia discorda e contesta da existência de alguns dos descumprimentos, bem como contesta a proporcionalidade e ressalta a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao alegado descumprimento, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável.

A eficácia do Plano de Recuperação se condiciona, além da obtenção da sua aprovação pelos acionistas e credores da Companhia, também à obtenção de todas as autorizações ou consentimentos das Autoridades Governamentais no exercício de suas competências legais, incluindo aquelas necessárias para a implementação das medidas previstas no Plano para transferência do controle societário ou alienação dos bens considerados reversíveis – estas sob tutela da ANATEL.

A submissão dos créditos da ANATEL aos termos propostos no Plano não depende de anuência da ANATEL ou de Autoridades Governamentais, mas do reconhecimento do seu enquadramento legal pelo Poder Judiciário. Nesse sentido, a Companhia mantém processos de mediação com a ANATEL e seus representantes processuais da Advocacia Geral da União (AGU) com o propósito de identificar uma solução para as multas administrativas impostas pela ANATEL e sujeitas ao Plano, conforme decisão do juízo competente pelo processo de recuperação judicial. O juízo determinou a instauração de procedimento de mediação entre a Oi, a ANATEL e a AGU, para que, nos termos da Cláusula 4.3.2.8 do Plano de Recuperação Judicial, seja possibilitada a transação quanto aos créditos da Classe III (Multas Administrativas), onde se incluem as multas administrativas da ANATEL conforme discutido acima.

Cumprе ressaltar que a ANATEL se insurgiu contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, assim como contra a instauração de mediação por meio dos agravos de instrumento nºs 0043065-84.2016.8.19.0000 e 0060963-13.2016.8.19.0000, os quais tiveram o pedido de efeito suspensivo da ANATEL negado e atualmente aguardam julgamento final

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Plano tem como diretrizes para regularização dos créditos da Classe III (Multas Administrativas), o que inclui os pleitos de multas administrativas da ANATEL no valor de cerca de R\$ 13,3 bilhões, em 30 de junho de 2016, os seguintes parâmetros para solução das multas, que estão alinhados às diretrizes do Regulamento de Celebração e Acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), aprovado pela Resolução nº 629, de 16 de dezembro de 2013, da própria ANATEL:

- (i) Ações das “Recuperandas” voltadas para melhoria do serviço, em especial com alguma relação à suposta conduta descumprida;
- (ii) Conversão das multas em obrigação de fazer, podendo ser:
 - a. Investimentos em infraestrutura das “Recuperandas”; e/ou
 - b. Benefícios aos consumidores dos serviços prestados; e/ou
 - c. Levantamento de valores já depositados judicialmente para os processos relativos a essas multas administrativas.

Conforme o Plano, caso a mediação entre a Oi, ANATEL e AGU não resulte em uma transação, os créditos da Classe III (Multas Administrativas) serão pagos exclusivamente na forma do Plano com uma carência de 10 anos, contados a partir da homologação judicial do Plano no caso da ANATEL, devendo o principal ser amortizado em 9 parcelas anuais e consecutivas vencendo-se a primeira no 20º dia útil após o decurso do prazo de carência acima, devendo-se incidir juros e atualização monetária de TR + 0,5% ao ano, no caso da ANATEL, a serem pagos somente, e em conjunto, com a última parcela.

Desta forma, a Companhia entende que o tratamento dos créditos Classe III (Multas Administrativas) decorrerá de transação com a ANATEL e a AGU, em conformidade com o que venha a ser deliberado por seus credores e o Juízo da Recuperação Judicial. Sem prejuízo, estuda também outros potenciais mecanismos jurídicos para o atingimento de solução adequada e razoável para os créditos da ANATEL submetidos ao Plano. O desenvolvimento dessa mediação e da eventual adoção de outras medidas são condições para a reanálise e eventuais ajustes na sua provisão para contingências relacionada a ANATEL.

Processos de suspensão de pagamentos da Oi Holanda e da PTIF

Em 9 de agosto de 2016 e 30 de setembro de 2016, devido ao risco de que o processo de recuperação judicial promovido no Brasil não seja diretamente reconhecido na Holanda, exemplificativamente com base em algum tratado ou regulamento, a Oi Holanda e a PTIF ajuizaram, cada uma, um pedido para viabilizar a suspensão de pagamentos (“*verzoekschrift tot aanvragen surseance van betaling*”) junto ao Tribunal do Distrito de Amsterdã e, simultaneamente, apresentaram minuta do plano de composição àquele Tribunal (“*akkoord*”).

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pedidos de suspensão de pagamentos da Oi Holanda e da PTIF foram temporariamente concedidos pelo Tribunal do Distrito de Amsterdã em 9 de agosto de 2016 e 3 de outubro de 2016, respectivamente. Na decisão que deferiu o pedido de suspensão de pagamentos, foram nomeados administradores judiciais (em conjunto, os “Administradores Holandeses”) na Holanda para a Oi Holanda e para a PTIF.

Em 1 de dezembro de 2016, os Administradores Holandeses apresentaram pedidos de conversão dos processos de suspensão de pagamentos da PTIF e da Oi Holanda em falência (em conjunto, os “Pedidos de Conversão”). Em 12 de janeiro de 2017 foram realizadas audiências para deliberar sobre os Pedidos de Conversão, oportunidade na qual o Tribunal Holandês informou que iria proferir decisão a respeito no dia 26 de janeiro de 2017. No entanto, em 26 de janeiro o julgamento dos Pedidos de Conversão foi adiado para 2 de fevereiro de 2017, data em que o Tribunal Holandês rejeitou os Pedidos de Conversão, mantendo assim os processos de “*Suspension of Payments*” da Oi Holanda e da PTIF.

Em 10 de fevereiro de 2017, determinados credores apresentaram recursos contra as decisões que rejeitaram os Pedidos de Conversão da Oi Holanda e da PTIF (“Recursos”). Em 20 de fevereiro de 2017 a Corte de Apelação de Amsterdã, na Holanda, determinou a realização no dia 29 de março de 2017 de audiências sobre os Recursos. No dia 29 de março de 2017, as audiências foram realizadas, tendo a Corte de Apelação informado que tinha a intenção de divulgar as respectivas decisões em 19 de abril de 2017. No dia 19 de abril de 2017, a Corte de Apelação deferiu os Recursos e determinou que os procedimentos de suspensão de pagamentos da Oi Holanda e da PTIF sejam convertidos em procedimentos de falência na Holanda. Tais decisões da Corte de Apelação Holandesa estão restritas à jurisdição e lei holandesas, não são definitivas e são objeto dos recursos, que foram interpostos pela Oi Holanda e pela PTIF, perante a Suprema Corte Holandesa em 1 de maio de 2017. Em 7 de julho de 2017, a Suprema Corte Holandesa indeferiu os recursos interpostos pela Oi Holanda e pela PTIF, ficando mantidas as determinações da Corte de Apelação Holandesa de que tais procedimentos sejam convertidos em procedimentos de falência na Holanda. Tais decisões da Suprema Corte Holandesa não produzem efeitos no Brasil enquanto não homologadas pelo Superior Tribunal de Justiça (e a Companhia não tem conhecimento de que tenha sido iniciado processo com vistas a tal homologação), e em outras jurisdições que reconhecem a competência da justiça brasileira para processar a Recuperação Judicial.

Propostas de pagamento do Plano de Recuperação Judicial, de acordo com o plano de recuperação judicial apresentado pelas Empresas Oi em 5 de setembro de 2016

Classe I – Créditos Trabalhistas:

Os créditos trabalhistas serão pagos em cinco parcelas mensais, iguais e sucessivas, iniciando os pagamentos após 180 (cento e oitenta) dias contados da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Os credores trabalhistas já reconhecidos na data prevista para realização do primeiro pagamento aos credores trabalhistas e que tiverem depósitos judiciais efetuados pelas Empresas Oi em seu favor serão pagos mediante o levantamento dos valores depositados, após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, até o limite do valor reconhecido como devido pelas Empresas Oi, desde que observadas as condições previstas para tanto no Plano de Recuperação Judicial das Empresas Oi.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O crédito trabalhista de titularidade da Fundação Atlântico de Seguridade Social, entidade de previdência privada vinculada às Empresas Oi, será pago em seis parcelas anuais, iguais e sucessivas, iniciando os pagamentos após 5 (cinco) anos contados da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Sobre o valor principal do crédito trabalhista de titularidade da Fundação Atlântico de Seguridade Social incidirão, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial, juros e correção monetária pelo índice do INPC mais 5,5% ao ano. Os juros e a correção serão capitalizados ao principal durante os 5 (cinco) primeiros anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e após este período serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do principal.

Classe II – Créditos com Garantia Real:

Os créditos com garantia real serão pagos em 10 (dez) parcelas semestrais, iguais e sucessivas, iniciando-se os pagamentos após 126 (cento e vinte e seis) meses, contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Sobre o valor principal dos créditos com garantia real incidirão, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial, juros e correção monetária pelas taxas originalmente contratadas. Os juros e a correção serão capitalizados ao valor do principal durante os 7 (sete) primeiros anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e serão pagos semestralmente, em moeda corrente nacional, após 90 (noventa) meses contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial, até o pagamento total do principal.

Até o pagamento integral do crédito de titularidade do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, serão observadas as Disposições Aplicáveis aos contratos BNDES, na medida em que não sejam conflitantes com o Plano de Recuperação Judicial.

Classe III - Créditos Quirografários, com Privilégio Especial, com Privilégio Geral ou Subordinados:

Os créditos no valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais) serão pagos em uma única parcela, no 20º dia útil após a homologação do Plano de Recuperação Judicial ou do reconhecimento do Plano de Recuperação Judicial na jurisdição do credor. Os credores com crédito superior a R\$ 1.000,00 (mil reais) poderão aderir ao pagamento em uma única parcela, desde que concordem em receber apenas R\$ 1.000,00 (mil reais) como pagamento integral do seu crédito, observadas as demais condições previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Além do pagamento linear, o Plano de Recuperação Judicial prevê outras opções de pagamento para os credores Classe III, observadas as condições aplicáveis a cada uma das opções.

Reestruturação sem conversão de ações:

A opção tem uma parte de até R\$ 9.336.470.321,65 (nove bilhões, trezentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e setenta mil, trezentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos) representada em reais, e uma parte de até US\$ 1.872.540.394,72 (um bilhão, oitocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro Dólares e setenta e dois centavos de Dólares dos Estados Unidos) representada em Dólares e/ou Euros, observadas as demais condições previstas no Plano de Recuperação Judicial.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O pagamento da amortização do principal se dará em 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando-se os pagamentos após 126 (cento e vinte e seis) meses contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial, conforme tabela progressiva abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
21º a 24º	3,75%
25º a 28º	5,0%
29º e 30º	7,5%
31º a 34º	12,5%

Sobre o valor principal incidirão, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial, juros correspondentes à maior taxa entre (i) 8% ao ano e (ii) TR + 1% ao ano, para dívidas em reais, e 1,25% para os créditos denominados originalmente em Dólares dos Estados Unidos ou em Euros. Os juros serão capitalizados ao principal durante os 7 (sete) primeiros anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e após este período serão pagos semestralmente.

Reestruturação com conversão:

A opção está disponível para os credores com crédito superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e observará o limite de R\$ 32.330.000.000,00 (trinta e dois bilhões, trezentos e trinta milhões de reais), bem como as demais condições previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Os credores que escolherem essa opção de pagamento terão seus créditos utilizados para integralização de valores mobiliários, sendo pelo menos um desses valores mobiliários conversíveis ou permutáveis ou que deem direito à subscrição de ações ordinárias da Oi ou de sociedade que venha a substituí-la de acordo com as determinações do Plano de Recuperação Judicial.

Os valores mobiliários conversíveis (ou que deem direito à subscrição de ações) terão valor de face denominado em Dólares dos Estados Unidos, Euros ou Reais ou serão denominados em reais e remunerados de acordo com a taxa cambial aplicável para Dólares dos Estados Unidos ou Euros, com valor total correspondente ao produto da multiplicação do valor de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) pelo resultado da divisão do valor dos créditos que escolherem a reestruturação com conversão por R\$ 32.330.000.000,00 (trinta e dois bilhões, trezentos e trinta milhões de reais), observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Durante 3 (três) anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial ou reconhecimento do plano na jurisdição do credor, ao final de cada semestre, as Empresas Oi poderão resgatar, total ou parcialmente, os valores mobiliários pelo valor correspondente ao saldo do principal dos valores mobiliários conversíveis, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Novos Recursos:

Os credores que concederem novos créditos às Empresas Oi, até o limite de US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de Dólares dos Estados Unidos) ou o equivalente em reais convertido na data de homologação do Plano de Recuperação Judicial, terão as condições de pagamento dos novos créditos aplicadas igualmente aos créditos sujeitos à Recuperação Judicial, proporcionalmente de acordo com a moeda em que concedidos os novos recursos, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Os créditos serão pagos em cinco parcelas anuais, iguais e sucessivas, iniciando-se os pagamentos após 6 (seis) anos contados da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Os juros e a correção serão capitalizados ao principal durante os 5 (cinco) primeiros anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e após este período serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do principal.

A partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial ou do reconhecimento do Plano de Recuperação Judicial na jurisdição do credor, incidirão juros e correção monetária correspondentes à taxa CDI + 0,25% para os novos recursos emprestados em reais, e LIBOR + 1,5% para os novos recursos emprestados em Dólares dos Estados Unidos.

Modalidade de Pagamento Geral:

O credor que escolher esta opção, ou que tiver seu saldo alocado em razão das condições e limites das demais opções, terá seu crédito pago em 9 (nove) parcelas anuais e sucessivas, iniciando os pagamentos após 10 (dez) anos contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial, conforme tabela progressiva abaixo e observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial:

Anos	Percentual do valor a ser amortizado
11º e 12º	7,5%
13º e 14º	10,0%
15º a 19º	13,0%

Sobre o valor principal do crédito incidirão, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial ou do reconhecimento do Plano de Recuperação Judicial na jurisdição do credor, juros e correção monetária correspondentes a 0,5% + Taxa Referencial para créditos denominados em reais, e 0,5% ao ano para créditos denominados em Dólares dos Estados Unidos ou Euros. Os juros e a correção serão capitalizados ao principal e pagos com a última parcela de amortização do principal.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Credores Parceiros Depósitos Judiciais:

Os credores classe III que têm depósito judicial efetuado pelo Grupo Oi em seu favor no âmbito da respectiva ação judicial e que sejam reconhecidos pelas Empresas Oi poderão ter seus créditos pagos mediante o levantamento dos valores depositados, até o limite do valor reconhecido como devido pelo Grupo Oi, observados os percentuais de deságio da tabela abaixo e as demais condições do Plano de Recuperação Judicial:

Intervalo de Valor de Crédito	% de Deságio
Até R\$ 1.000,00	0,0%
R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00	15,0%
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	20,0%
R\$ 10.000,01 a R\$ 150.000,00	30,0%
Acima de R\$ 150.000,00	50,0%

Credores Fornecedores Parceiros:

Os credores que são fornecedores de bens ou serviços das Empresas Oi e que atendam às condições previstas no Plano de Recuperação Judicial terão os créditos no valor de até R\$ 150.000,00 pagos em parcela única, em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento pelas Empresas Oi de um termo de opção informando sua intenção de continuar fornecendo para as Empresas Oi nas mesmas condições originalmente contratadas.

O saldo devedor que exceder R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) será pago em 2 (duas) parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de TR mais 0,5% (meio por cento) ao ano a contar da homologação do Plano de Recuperação Judicial ou reconhecimento do Plano de Recuperação Judicial na jurisdição do credor, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Multas Administrativas:

As condições de quitação do crédito serão estabelecidas através de transações, previamente autorizadas pela diretoria das Empresas Oi e com o referendo do Conselho de Administração, resultantes de mediação a ser instaurada perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com a supervisão do Juízo da Recuperação Judicial e a participação de representantes da Administração Pública, com a possibilidade de participação opinativa de representantes do Tribunal de Contas competente, nos termos das Leis nºs 9.469/1997 e 13.140/2015, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Foram estabelecidas como diretrizes da transação (i) ações das Empresas Oi para melhoria do serviço, especialmente com alguma relação à suposta conduta descumprida; e (ii) conversão da multa em obrigação de fazer, seja com investimentos em infraestrutura das Empresas Oi, benefícios aos consumidores dos serviços prestados e/ou levantamento de valores já depositados judicialmente para os processos relativos a tais multas administrativas.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classe IV – Créditos de Microempresários (“ME”) e Empresas de Pequeno Porte (“EPP”):

Os créditos no valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais) serão pagos em uma única parcela, no 20º dia útil após a homologação do Plano de Recuperação Judicial. Os credores com crédito superior a R\$ 1.000,00 (mil reais) poderão aderir ao pagamento em uma única parcela, desde que concordem em receber apenas R\$ 1.000,00 (mil reais) como pagamento integral do seu crédito. O Plano de Recuperação Judicial prevê outras opções de pagamento aos credores ME e EPP, observadas as condições e regras de cada opção.

Credores ME e EPP Depósitos Judiciais:

Os credores ME e EPP que têm depósito judicial efetuado pelas Empresas Oi em seu favor no âmbito da respectiva ação judicial e que sejam reconhecidos pelas Empresas Oi terão seus créditos pagos mediante o levantamento dos valores depositados, após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, até o limite do valor reconhecido como devido pelas Empresas Oi, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Credores ME e EPP Fornecedores Parceiros:

Os créditos no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) serão pagos em parcela única, em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento pelas Empresas Oi de um termo de opção informando sua intenção de continuar fornecendo para as Empresas Oi nas mesmas condições originalmente contratadas.

O saldo devedor que exceder R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) será pago em 2 (duas) parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de 0,5% + TR a conta da data de homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Condições Financeiras Básicas a serem ajustadas no PRJ

Conforme divulgado por meio de comunicado ao mercado de 22 de março de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou condições financeiras básicas a serem ajustadas no PRJ, as quais seguem resumidas abaixo, bem como autorizou a Diretoria e os assessores da Companhia a apresentarem, assim que possível, aditivo ao PRJ ao Juízo da Recuperação Judicial, tendo tais condições sido apresentadas em juízo em 28 de março de 2017. No entanto, ressalta-se que o PRJ aditado, já contemplando estas alterações aprovadas pelo Conselho de Administração mencionadas acima, ainda não foi apresentado em juízo:

Classe II:

- Prazo total de pagamento: 15 anos
 - 6 anos de carência do principal;
 - 9 anos de amortização semestral não linear;
- Manutenção das taxas de juros contratuais (TJLP + 2,9% a.a.)
- 4 anos de carência de juros

Classe III - Reestruturação com conversão: combo de ações e novo “bond”

- Novo “bond”:
 - Emissão de “bond” no valor de R\$ 2,8 bilhões;

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Vencimento em 2027;
- Juros de 6% PIK (USD);
- Ações:
 - Disponibilização de 25% do capital post Money;
 - Recebimento de ações na partida e/ou título conversível em ações por decisão do credor. A escolha da opção de qual título deverá ser utilizado ficará a critério da diretoria da Oi
- “Bond” conversível e “callable”:
 - Emissão de “bond” no valor de R\$ 3,9 Bilhões;
 - Juros de 6% PIK (USD);
 - “Callable” semestralmente;
 - “Cash sweep” de 100% do valor líquido da venda de ativos da Africatel até o 36º mês;
 - Conversão no 36º mês, caso não ocorra resgate;
 - Conversão em 17% adicionais do capital pós conversão (participação final de 38%; ações + pós conversão dos “bonds”)
- Outros:
 - Outros títulos ou valores mobiliários ou ajustes na formatação dos anteriores, que gerem valor para os “stakeholders”, sem impacto direto no percentual de “recovery” negociado;
 - Caso seja exercido direito de preferência pelos acionistas atuais, os recursos serão utilizados para a quitação da porção “equity” dos credores que optarem pela conversão;

Classe III - Reestruturação sem conversão:

- Limite de US\$ 1,78 bilhões:
 - Prazo total de pagamento: 16 anos
 - 6 anos de carência de principal e juros;
 - 10 anos de amortização semestral não linear;
 - Taxa de 1,25% a.a (US\$)
- Limite de R\$ 9,34 bilhões:
 - Prazo total de pagamento: 16 anos
 - 6 anos de carência de principal e juros;
 - 10 anos de amortização semestral não linear
 - Taxa de 65% CDI

Além das alterações acima, também foi aprovada a previsão de “cash sweep” e “covenants” financeiros:

“Cash sweep”:

- Assumindo venda de ativos relevantes (exceto ativos da Africatel até 36 meses), haverá distribuição para credores de 50% do valor líquido da venda, observando a recomposição do caixa mínimo definido como 19,8% da receita operacional líquida antes da aplicação do critério;

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- “Cash sweep” de 50% do caixa operacional que superar o caixa mínimo, definido como 19,8% da receita operacional líquida antes da aplicação do critério, apurado a cada 2 anos;
- Amortização pró rata de credores financeiros e fornecedores ao saldo da dívida no momento do pré-pagamento;
- Quitação das parcelas em ordem cronológica de vencimento (primeira para a última)

“Covenants” financeiros: limitação de pagamento de dividendos enquanto a dívida líquida/EBITDA for maior do que 2,5x.

Continuidade das operações

As Informações Trimestrais do período findo em 30 de junho de 2017 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis, com base na avaliação da administração sobre a probabilidade (i) de fechamento de um acordo com a maioria dos credores das Empresas Oi no processo de recuperação judicial e (ii) da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial.

A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Com base nas informações disponíveis nesta data, a Companhia não tem motivos para acreditar que não será possível alcançar um acordo com a maioria dos credores das Empresas Oi. Adicionalmente o Conselho de Administração tem uma expectativa razoável de que as Empresas Oi poderão manter suas atividades habituais, esperando que seus contratos permaneçam válidos e eficazes durante todo o processo de recuperação judicial. A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi. Até o momento, as Empresas Oi têm cumprido satisfatoriamente todos os prazos, requisitos legais e obrigações a que estão sujeitas no âmbito do processo de recuperação judicial.

Embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias indicam a existência de incerteza significativa que poderá afetar o êxito da recuperação judicial e suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2017 e estão de acordo com o IAS - “International Accounting Standards” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de junho de 2017 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2016.

Os ativos e passivos relacionados as operações na África são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda. No entanto, na demonstração de resultado os custos/despesas e receitas/ganhos são apresentados pelo método de consolidação integral, devido ao não atendimento dos critérios para classificação como “operação descontinuada” em consonância com o IFRS 5.

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”) e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de “*hedge*” de fluxo de caixa.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016
Euro	3,775	3,4384	3,4479	4,1289
Dólar Norte Americano	3,3082	3,2591	3,1807	3,7017
Escudo de Cabo Verde	0,0343	0,0313	0,0312	0,0378
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,000157	0,000140	0,000142	0,000172
Xelim Queniano	0,0319	0,0318	0,0308	0,0365
Dólar da Namíbia	0,2528	0,2325	0,2409	0,2403
Metical de Moçambique	0,0552	0,0450	0,0481	0,0715
Kwanza	0,0200	0,0197	0,0193	0,0231

(b) Retificação dos valores correspondentes relacionados ao período findo em 30 de junho de 2016

Os ativos da Telemar Participações S.A. (“TmarPart” antiga controladora da Companhia) incluía a mais valia originada na aquisição (“mais valia”), em 8 de janeiro de 2009, da Brasil Telecom S.A. (“BrT”, atualmente Oi). Na reestruturação societária de 2012, a CVM, em seu OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-5/N.º 119/2013, permitiu que a mais valia fosse mantida apenas no nível do consolidado da TmarPart.

Em 1 de setembro de 2015, a Companhia incorporou sua acionista TmarPart e não incluiu a mais valia no acervo líquido incorporado. E, analogamente, a Companhia decidiu apresentar uma consulta técnica à CVM sobre a política contábil adotada. Em 29 de julho de 2016, por meio do Ofício nº 149/2016-CVM/SEP/GEA-5, a CVM manifestou seu entendimento de que a mais valia deveria ser mantida no acervo a ser incorporado à Companhia, respeitando a base de avaliação dos ativos líquidos adquiridos em virtude de combinação de negócios entre partes independentes ocorrida à época da aquisição da BrT.

Sendo assim, a Companhia retificou os valores correspondentes relacionados ao período findo em 30 de junho de 2016, conforme pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas contábeis, Mudança de estimativa e retificação de erro, visando apresentar, retrospectivamente, os valores correspondentes relacionados ao período findo em 30 de junho de 2016 considerando os efeitos da mais valia no acervo líquido da TmarPart, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2015, data de aprovação da incorporação da TmarPart pela Oi. O tratamento contábil da mais valia foi objeto de fato relevante divulgado pela Companhia em 1 de agosto de 2016. Cumpre ressaltar que a CVM informou em 1 de agosto de 2017 que, dada a desistência do recurso protocolada pela Companhia e, em virtude do registro da mais valia em seus livros, arquivará os processos instaurados neste sentido.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ajustes efetuados nos valores correspondentes relacionados ao período findo em 30 de junho de 2016 são demonstrados a seguir:

Conciliação do Patrimônio líquido em 30 de junho de 2016:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Patrimônio líquido originalmente apresentado	10.432.522	10.432.522
Participações dos não controladores originalmente apresentada		822.689
Patrimônio líquido total	10.432.522	11.255.211
 Ajustes	 5.655.827	 5.655.827
	5.655.827	5.655.827
Atribuído a:		
Controlador	5.655.827	5.655.827
Não controladores		
Patrimônio líquido ajustado	16.088.349	16.911.038
Atribuído a:		
Controlador	16.088.349	16.088.349
Não controladores		822.689

Conciliação do Resultado líquido para o período findo em 30 de junho de 2016:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	Saldos originalmente apresentados em 30/06/2016	Ajustes (período de 01/01/2016 a 30/06/2016)	Saldos ajustados em 30/06/2016	Saldos originalmente apresentados em 30/06/2016	Ajustes (período de 01/01/2016 a 30/06/2016)	Saldos ajustados em 30/06/2016
Receita de venda de bens e/ou serviços	2.955.788		2.955.788	13.279.240		13.279.240
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(1.421.746)	(510.523)	(1.932.269)	(8.260.316)	(510.523)	(8.770.839)
Resultado bruto	1.534.042	(510.523)	1.023.519	5.018.924	(510.523)	4.508.401
Despesas/Receitas operacionais	(2.566.379)	(33)	(2.566.412)	(4.527.431)	(33)	(4.527.464)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(1.032.337)	(510.556)	(1.542.893)	491.493	(510.556)	(19.063)
Resultado financeiro	(426.963)		(426.963)	(1.280.407)		(1.280.407)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(1.459.300)	(510.556)	(1.969.856)	(788.914)	(510.556)	(1.299.470)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(701.917)	173.589	(528.328)	(1.510.749)	173.589	(1.337.160)
Prejuízo do período	(2.161.217)	(336.967)	(2.498.184)	(2.299.663)	(336.967)	(2.636.630)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.161.217)	(336.967)	(2.498.184)	(2.161.217)	(336.967)	(2.498.184)
Atribuído a sócios não controladores				(138.446)		(138.446)

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação da demonstração do valor adicionado para o período findo em 30 de junho de 2016:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 30/06/2016	Ajustes	Saldos ajustados em 30/06/2016	Saldos originalmente apresentados em 30/06/2016	Ajustes	Saldos ajustados em 30/06/2016
Retenções						
Depreciação e amortização	(534.221)	(510.523)	(1.044.744)	(2.709.610)	(510.523)	(3.220.133)
Outras despesas	(137.393)	(33)	(137.426)	(313.779)	(33)	(313.812)
Valor adicionado total a distribuir	3.637.227	(510.556)	3.126.671	8.450.992	(510.556)	7.940.436
Impostos e taxas						
Federais	(764.859)	173.589	(591.270)	(2.121.430)	173.589	(1.947.841)
Prejuízos retidos	2.161.217	336.967	2.498.184	2.161.217	336.967	2.498.184
Valor adicionado distribuído	(3.637.227)	510.556	(3.126.671)	(8.450.992)	510.556	(7.940.436)

Não há impacto nos totais das atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o período findo em 30 de junho de 2016.

Esta reapresentação das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram submetidas a procedimentos de revisão da KPMG Auditores Independentes, que emitiram relatório datado em 9 de agosto de 2017.

(c) **Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. No período findo em 30 de junho de 2017, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2017 e de 31 de dezembro de 2016 são resumidos como segue:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2017			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	184.266	184.266	405.393	405.393
Equivalentes de caixa	Valor justo	3.918.314	3.918.314	6.923.218	6.923.218
Aplicações financeiras	Valor justo	14.164	14.164	102.223	102.223
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.848.172	3.848.172		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	2.269.351	2.269.351	8.565.835	8.565.835
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	882.081	882.081		
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro disponível para venda (Nota 25)	Valor justo	2.078.223	2.078.223	2.078.223	2.078.223
Dividendos a receber (Nota 25)	Custo amortizado	2.162.144	2.162.144	2.162.144	2.162.144
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	2.027.960	2.027.960	7.035.945	7.035.945
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.211.822	2.211.822	13.645.730	13.645.730
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	21.192.859	21.495.112		
Debêntures públicas	Custo amortizado	4.643.499	4.647.000	4.700.860	4.704.361
“Senior Notes”	Custo amortizado	10.348.081	3.256.835	33.478.755	10.740.813
Instrumentos financeiros derivativos (iv)	Valor justo	104.694	104.694	104.694	104.694
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.165	5.165	6.238	6.238
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			16.381	16.381
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	546.964	546.964	998.074	998.074

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	147.357	147.357	270.310	270.310
Equivalentes de caixa	Valor justo	4.042.670	4.042.670	7.292.941	7.292.941
Aplicações financeiras	Valor justo	24.978	24.978	286.005	286.005
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.641.378	3.641.378		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.897.907	1.897.907	8.347.459	8.347.459
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	869.165	869.165		
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro disponível para venda (Nota 25)	Valor justo	2.047.379	2.047.379	2.047.379	2.047.379
Dividendos a receber (Nota 25)	Custo amortizado	2.008.556	2.008.556	2.008.556	2.008.556
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	2.032.791	2.032.791	6.360.629	6.360.629
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.115.422	2.115.422	13.049.319	13.049.319
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	19.566.537	19.927.870		
Debêntures públicas	Custo amortizado	4.378.069	4.378.069	4.431.307	4.431.307
“Senior Notes”	Custo amortizado	9.688.953	2.724.039	30.605.661	8.908.116
Instrumentos financeiros derivativos (iv)	Valor justo	104.694	104.694	104.694	104.694
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.206	5.206	6.262	6.262
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	29.256	29.256	110.750	110.750
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	446.284	446.284	760.456	760.456
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	342.086	342.086	342.086	342.086

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(ii) Parte do saldo de empréstimos e financiamentos, como o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e agências de crédito à exportação, correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Parte do saldo de empréstimos e financiamentos estão relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional para os quais existe mercado secundário, sendo o valor justo diferente do valor contábil.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) As autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (obrigação de compra de participação acionária) estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo.

(iv) Saldo remanescente de operações financeiras com derivativos que foram liquidadas antecipadamente em função da entrada em recuperação judicial pela Companhia.

O nivelamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são detalhados abaixo:

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	184.266	147.357	405.393	270.310
Equivalentes de caixa	Nível 2	3.918.314	4.042.670	6.923.218	7.292.941
Aplicações financeiras	Nível 2	14.164	24.978	102.223	286.005
Ativo financeiro disponível para venda	Nível 3	2.078.223	2.047.379	2.078.223	2.047.379
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	104.694	104.694	104.694	104.694

Não ocorreram transferências entre níveis no período de 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016. No segundo e terceiro trimestres de 2016, em função da expectativa de renegociação de dívida, a Companhia reverteu a totalidade das operações de instrumentos financeiros derivativos. O saldo remanescente diz respeito a um contrato com instituição financeira que passou a compor a lista de credores e será renegociado no âmbito do Plano de Recuperação Judicial, não sofrendo alterações no futuro a partir da evolução cambial e de juros.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América (“Dólar” ou “Dólares”).

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(b) Ativo financeiro disponível para venda

Refere-se, ao valor justo do investimento financeiro na Unitel e CVTEL, classificado como ativo financeiro disponível para venda. O valor justo deste investimento é estimado com base em avaliação interna, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de quatro anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de taxas de desconto adequadas. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera nessa avaliação eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios (Nota 25).

(c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratava operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio. No seguimento de decisão do Conselho de Administração da Companhia, em função da expectativa de renegociação de dívidas, tais operações foram sendo revertidas ao longo do segundo e terceiro trimestres de 2016. Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2017, a Companhia não possuía operações de derivativos contratadas vigentes.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, reconhecidas no resultado financeiro no decorrer do primeiro semestre de 2016, são apresentadas abaixo (Nota 6).

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Ganho (perda) com “swap” cambial		(1.479.101)		(1.826.511)
Operações de termo em moedas		(2.832)		(3.410)
Opções		(35.171)		(35.171)
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros		622.620		(30.794)
Total		(894.484)		(1.895.886)

	Períodos de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Ganho (perda) com “swap” cambial		(3.297.802)		(4.119.804)
Operações de termo em moedas		(784.769)		(937.034)
Opções		14.215		14.215
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros		342.802		(36.454)
Total		(3.725.554)		(5.079.077)

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Face à inexistência de instrumentos financeiros derivativos em carteira em 2017, não houve movimentações de operações referentes aos “*hedges*” cambiais e “*hedges*” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “*hedge*” registradas em outros resultados abrangentes.

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

As Políticas de “*Hedge*” e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração, em função da expectativa de renegociação de dívidas e, posteriormente, do protocolo do pedido de recuperação judicial da Companhia, o portfólio de derivativos da Companhia foi sendo revertido ao longo do segundo trimestre, até ser liquidado em sua totalidade em julho de 2016.

3.2.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 30 de junho de 2017, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais não realizamos quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 72,7% (31/12/2016 – 72,2%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo):

	CONTROLADORA			
	30/06/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	33.268	33.268	32.415	32.415
Equivalentes de caixa	393	393	371	371
Créditos com partes relacionadas	840.201	840.201		
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	25.504.001	19.206.218	23.585.435	17.541.725

	CONSOLIDADO			
	30/06/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	80.784	80.784	80.655	80.655
Equivalentes de caixa	2.485	2.485	2.381	2.381
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	37.627.859	15.623.310	34.638.356	13.862.015

Análise de sensibilidade de risco cambial

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2017, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao ajuizamento da recuperação judicial em 20 de junho de 2016 – conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros em moeda estrangeira da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Condicionado ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo, aprovação e a homologação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para efeito da referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de junho de 2017. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/06/2017	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,3082	0%
Euro	3,7750	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	4,1353	25%
Euro	4,7188	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	4,9623	50%
Euro	5,6625	50%

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

Descrição	Risco individual	30/06/2017					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		<i>Cenário Provável</i>	<i>Cenário Possível</i>	<i>Cenário Remoto</i>	<i>Cenário Provável</i>	<i>Cenário Possível</i>	<i>Cenário Remoto</i>
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	7.649.314	9.561.642	11.473.970	17.480.640	21.850.800	26.220.960
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(641)	(801)	(961)	(3.029)	(3.786)	(4.543)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.379.720	2.974.650	3.569.580	20.455.854	25.569.818	30.683.781
Caixa em Euro	Queda do Euro	(33.020)	(41.275)	(49.530)	(80.240)	(100.300)	(120.360)
Total Ativo/ Passivo atrelado ao câmbio		9.995.373	12.494.216	14.993.059	37.853.225	47.316.532	56.779.838
Total (ganho) perda			2.498.843	4.997.686		9.463.307	18.926.613

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais e da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2017, aproximadamente 33,4% (31/12/2016 – 34,2%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/06/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	3.917.921	3.917.921	4.042.299	4.042.299
Aplicações financeiras	14.164	14.164	24.978	24.978
Créditos com partes relacionadas	3.007.971	3.007.971	3.641.378	3.641.378
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	11.662.604	11.059.841	10.999.745	10.439.874

	CONSOLIDADO			
	30/06/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	6.920.733	6.920.733	7.290.561	7.290.561
Aplicações financeiras	102.223	102.223	286.005	286.005
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	15.458.205	14.553.190	14.716.040	13.794.836

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2017, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP, e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao ajuizamento da recuperação judicial em 20 de junho de 2016 – conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros atrelados a taxas de juros flutuantes da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Condicionado ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo, aprovação e a homologação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que após sucessivos movimentos de elevação em 2015, a TJLP manteve-se estável em 7,5% a.a. durante todo o ano de 2016 até 31 de março de 2017. Para o trimestre iniciado em abril de 2017, o Conselho Monetário Nacional decidiu por uma redução desta taxa, para 7,0% a.a., em vigor até 30 de junho de 2017. Para o período de julho até setembro de 2017 não houve alterações nesta taxa.

30/06/2017								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
10,14%	7,00%	1,44767%	12,68%	8,75%	1,80959%	15,21%	10,50%	2,17151%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

		30/06/2017					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	862.137	970.696	1.239.068	1.173.786	1.308.329	1.640.022
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	185.343	231.679	347.518	791.390	989.237	1.483.856
Dívidas em US\$ LIBOR	Alta da US\$	82.623	90.347	109.660	455.291	492.951	587.101
Total (ganho) perda		1.130.103	1.292.722	1.696.246	2.420.467	2.790.517	3.710.979

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 30 de junho de 2017, aproximadamente 98,4% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unitel.

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receita bruta de vendas e/ou serviços (*)	1.780.345	3.498.553	9.505.325	11.574.466
Deduções da receita bruta	(553.183)	(2.023.917)	(3.666.492)	(5.050.337)
Tributos	(429.788)	(459.881)	(1.924.576)	(1.979.896)
Outras deduções (*)	(123.395)	(1.564.036)	(1.741.916)	(3.070.441)
Receita líquida de vendas e/ou serviços	1.227.162	1.474.636	5.838.833	6.524.129

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receita bruta de vendas e/ou serviços (*)	3.653.487	6.950.845	19.863.827	23.211.118
Deduções da receita bruta	(1.169.498)	(3.995.057)	(7.865.438)	(9.931.878)
Tributos	(876.253)	(925.131)	(3.902.578)	(3.974.688)
Outras deduções (*)	(293.245)	(3.069.926)	(3.962.860)	(5.957.190)
Receita líquida de vendas e/ou serviços	2.483.989	2.955.788	11.998.389	13.279.240

(*) A Companhia simplificou o detalhamento de suas notas fiscais para seus clientes. A alteração no faturamento não impacta os tributos incidentes sobre as vendas e/ou serviços e nem a receita líquida.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)
Receitas de vendas e/ou serviços	1.227.162	1.474.636	5.838.833	6.524.129
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(55.673)	(108.621)	(171.769)	(222.444)
Pessoal	(95.018)	(145.154)	(614.410)	(745.288)
Serviços de terceiros	(308.260)	(305.771)	(1.571.917)	(1.622.347)
Serviço de manutenção da rede	(176.483)	(162.709)	(333.767)	(516.015)
Custo de aparelhos e outros			(36.136)	(60.208)
Publicidade e propaganda	(23.517)	(49.315)	(106.423)	(137.510)
Aluguéis e seguros	(141.460)	(167.766)	(1.062.201)	(1.071.135)
Provisões / Reversões	(44.984)	(149.995)	(93.136)	(289.502)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.945)	(29.431)	(185.842)	(163.963)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	(1.423.497)	(1.010.545)	(46.121)	(175.641)
Outras despesas operacionais, líquidas (ii)		(23.212)		(84.680)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(2.297.837)	(2.152.519)	(4.221.722)	(5.088.733)
Depreciação e amortização	(454.707)	(507.817)	(1.412.587)	(1.588.290)
Total das despesas operacionais	(2.752.544)	(2.660.336)	(5.634.309)	(6.677.023)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(1.525.382)	(1.185.700)	204.524	(152.894)
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	418.788	2.048.501	772.026	435.229
Despesas financeiras	(3.310.680)	(792.067)	(5.752.788)	187.166
Total do resultado financeiro	(2.891.892)	1.256.434	(4.980.762)	622.395
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(4.417.274)	70.734	(4.776.238)	469.501
Imposto de renda e contribuição social	1.145.241	(729.578)	1.472.916	(1.291.245)
Prejuízo do período	(3.272.033)	(658.844)	(3.303.322)	(821.744)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(3.272.033)	(658.844)	(3.272.033)	(658.844)
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores			(31.289)	(162.900)
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(858.262)	(903.103)	(3.919.588)	(4.383.436)
Despesas com vendas	(226.709)	(262.264)	(1.091.512)	(1.157.297)
Despesas gerais e administrativas	(227.550)	(315.889)	(778.344)	(927.181)
Outras receitas operacionais	303.672	196.978	759.035	418.628
Outras despesas operacionais	(132.032)	(284.910)	(607.713)	(627.162)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.611.663)	(1.091.148)	3.813	(575)
Total das despesas operacionais	(2.752.544)	(2.660.336)	(5.634.309)	(6.677.023)

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)
Receitas de vendas e/ou serviços	2.483.989	2.955.788	11.998.389	13.279.240
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(139.854)	(323.439)	(405.136)	(580.075)
Pessoal	(197.308)	(219.350)	(1.272.277)	(1.429.888)
Serviços de terceiros	(600.083)	(677.954)	(3.144.176)	(3.173.731)
Serviço de manutenção da rede	(340.129)	(317.994)	(621.255)	(1.004.560)
Custo de aparelhos e outros			(112.821)	(133.859)
Publicidade e propaganda	(38.562)	(52.039)	(169.695)	(230.974)
Aluguéis e seguros	(291.587)	(338.511)	(2.127.423)	(2.167.949)
Provisões / Reversões	(99.016)	(227.879)	(202.890)	(494.457)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.792)	(42.001)	(345.846)	(291.537)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	(1.523.165)	(1.231.558)	(256.835)	(476.464)
Outras despesas operacionais, líquidas (ii)		(23.212)		(94.676)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(3.273.496)	(3.453.937)	(8.658.354)	(10.078.170)
Depreciação e amortização	(932.005)	(1.044.744)	(2.931.917)	(3.220.133)
Total das despesas operacionais	(4.205.501)	(4.498.681)	(11.590.271)	(13.298.303)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(1.721.512)	(1.542.893)	408.118	(19.063)
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	1.106.636	3.327.634	1.370.040	713.317
Despesas financeiras	(3.995.429)	(3.754.597)	(6.466.065)	(1.993.724)
Total do resultado financeiro	(2.888.793)	(426.963)	(5.096.025)	(1.280.407)
Prejuízo antes das tributações	(4.610.305)	(1.969.856)	(4.687.907)	(1.299.470)
Imposto de renda e contribuição social	1.138.111	(528.328)	1.184.189	(1.337.160)
Prejuízo do período	(3.472.194)	(2.498.184)	(3.503.718)	(2.636.630)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(3.472.194)	(2.498.184)	(3.472.194)	(2.498.184)
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores			(31.524)	(138.446)
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.754.008)	(1.932.269)	(7.917.180)	(8.770.839)
Despesas com vendas	(433.778)	(509.906)	(2.141.518)	(2.215.306)
Despesas gerais e administrativas	(447.908)	(636.361)	(1.611.337)	(1.850.846)
Outras receitas operacionais	418.862	361.933	1.152.721	789.040
Outras despesas operacionais	(252.721)	(421.136)	(1.073.561)	(1.249.430)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.735.948)	(1.360.942)	604	(922)
Total das despesas operacionais	(4.205.501)	(4.498.681)	(11.590.271)	(13.298.303)

- (i) Inclui despesa de equivalência patrimonial de R\$ 1.735.948 na controladora (30/06/2016 - R\$ 1.360.942) e receita de R\$ 604 (30/06/2016 – despesa de R\$ 922) no consolidado.
- (ii) Em junho de 2016, as outras despesas operacionais, líquidas incluem essencialmente custos associados às rescisões trabalhistas ocorridas nesse período.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	105.757	51.854	187.988	153.884
Rendimentos de aplicações financeiras	99.217	33.060	183.232	70.261
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	162.144	1.975.439		(241)
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	3.398	(125.908)	8.158	(142.009)
Outras receitas (i)	48.272	114.056	392.648	353.334
Total	418.788	2.048.501	772.026	435.229
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(523.928)	1.051.140	(2.637.436)	4.329.693
Operações de instrumentos financeiros derivativos		(894.484)		(1.895.886)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(273.207)	(238.517)	(895.862)	(724.837)
Juros sobre debêntures	(120.154)	(142.383)	(120.632)	(143.175)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(1.581.173)	(409.415)		
Sub-total:	(2.498.462)	(633.659)	(3.653.930)	1.565.795
b) Outros encargos				
Perda com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda (ii)				(888.852)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(534.971)	(60.471)	(1.592.865)	(137.814)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(34.975)	(57.341)	(130.095)	(183.739)
Atualização monetária de provisões	(79.006)	929	(147.134)	(57.713)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(1.865)	(9.245)	(3.984)	(12.559)
Outras despesas (iii)	(161.401)	(32.280)	(224.780)	(97.952)
Sub-total:	(812.218)	(158.408)	(2.098.858)	(1.378.629)
Total	(3.310.680)	(792.067)	(5.752.788)	187.166
Resultado financeiro	(2.891.892)	1.256.434	(4.980.762)	622.395

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	290.669	102.125	497.322	290.197
Rendimentos de aplicações financeiras	220.963	53.786	414.818	125.006
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	542.879	3.371.773		
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	2.860	(382.304)	7.830	(257.111)
Outras receitas (i)	49.265	182.254	450.070	555.225
Total	1.106.636	3.327.634	1.370.040	713.317
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(300.366)	1.794.936	(1.941.353)	6.897.667
Operações de instrumentos financeiros derivativos		(3.725.554)		(5.079.077)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(485.521)	(479.338)	(1.568.683)	(1.495.903)
Juros sobre debêntures	(264.351)	(284.313)	(268.476)	(285.886)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(1.906.975)	(692.672)		
Sub-total:	(2.957.213)	(3.386.941)	(3.778.512)	36.801
b) Outros encargos				
Perda com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda (ii)				(888.852)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(591.428)	(116.347)	(1.814.166)	(402.839)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(70.727)	(140.082)	(260.278)	(374.406)
Atualização monetária de provisões	(148.421)	(61.701)	(258.549)	(194.403)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(3.340)	(9.597)	(6.229)	(16.189)
Outras despesas (iii)	(224.300)	(39.929)	(348.331)	(153.836)
Sub-total:	(1.038.216)	(367.656)	(2.687.553)	(2.030.525)
Total	(3.995.429)	(3.754.597)	(6.466.065)	(1.993.724)
Resultado financeiro	(2.888.793)	(426.963)	(5.096.025)	(1.280.407)

- (i) Em 2016 refere-se, substancialmente, ao ganho decorrente das operações de recompra de debêntures próprias.
- (ii) Em 2016 refere-se a perda de US\$ 242 milhões resultante da revisão do valor de recuperação dos dividendos a receber da Unitel e do valor justo do investimento financeiro na Unitel (Nota 25), em função da desvalorização do Kwanza face ao Dólar e ao Real.
- (iii) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias e financeiras.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(121.526)	(7.159)	(402.014)	(150.825)
Tributos diferidos	1.266.767	(722.419)	1.874.930	(1.140.420)
Total	1.145.241	(729.578)	1.472.916	(1.291.245)

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(4.417.274)	70.734	(4.776.238)	469.501
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	1.501.873	(24.050)	1.623.921	(159.630)
Equivalência patrimonial	(547.965)	(370.990)	1.296	(196)
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(2.210)			
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	6	109	10.580	778
Exclusões (adições) permanentes (ii)	(154.637)	(24.055)	(315.987)	(163.752)
Ativo fiscal diferido não constituído no Brasil (iii)	348.174	(310.592)	358.904	(569.259)
Ativo fiscal diferido não constituído no exterior (iii)			(205.798)	(399.186)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	1.145.241	(729.578)	1.472.916	(1.291.245)

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(128.654)	(11.824)	(631.440)	(307.304)
Tributos diferidos (Nota 10)	1.266.765	(516.504)	1.815.629	(1.029.856)
Total	1.138.111	(528.328)	1.184.189	(1.337.160)

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)
Prejuízo antes das tributações	(4.610.305)	(1.969.856)	(4.687.907)	(1.299.470)
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	1.567.504	669.751	1.593.888	441.820
Equivalência patrimonial	(590.222)	(462.720)	205	(314)
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(2.210)			
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	185	198	19.289	1.479
Exclusões (adições) permanentes (ii)	(153.540)	25.402	(373.410)	(120.521)
Ativo fiscal diferido não constituído no Brasil (iii)	316.394	(760.959)	106.055	(1.326.255)
Ativo fiscal diferido não constituído no exterior (iii)			(161.838)	(333.369)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	1.138.111	(528.328)	1.184.189	(1.337.160)

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis.
- (iii) Referem-se a ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no Brasil e no exterior que não apresentaram históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e contas bancárias	184.266	147.357	405.393	270.310
Equivalentes de caixa	3.918.314	4.042.670	6.923.218	7.292.941
Total	4.102.580	4.190.027	7.328.611	7.563.251

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Operações compromissadas	3.743.515	3.446.473	6.611.802	5.859.969
CDB – Certificado de Depósito Bancário	171.853	593.371	299.795	1.319.321
“Time Deposits”	393	371	1.308	1.586
Outros	2.553	2.455	10.313	112.065
Equivalentes de caixa	3.918.314	4.042.670	6.923.218	7.292.941

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Títulos privados	4.466	4.255	84.928	169.473
Títulos públicos	9.698	20.723	17.295	116.532
Total	14.164	24.978	102.223	286.005
Circulante	9.698	20.723	17.295	116.532
Não circulante	4.466	4.255	84.928	169.473

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark” o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Serviços faturados	1.939.179	1.634.489	6.649.909	6.782.687
Serviços a faturar	556.148	437.098	1.593.444	1.232.851
Aparelhos e acessórios vendidos	111.797	102.311	847.661	843.663
Subtotal:	2.607.124	2.173.898	9.091.014	8.859.201
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(337.773)	(275.991)	(525.179)	(511.742)
Total	2.269.351	1.897.907	8.565.835	8.347.459

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
A vencer	1.961.667	1.593.810	6.930.003	6.844.742
Vencidas até 60 dias	301.707	316.477	1.030.994	1.090.901
Vencidas de 61 a 90 dias	53.040	37.299	177.340	176.730
Vencidas de 91 a 120 dias	40.622	26.652	159.195	136.134
Vencidas de 121 a 150 dias	35.993	35.409	143.199	129.842
Vencidas acima de 150 dias	214.095	164.251	650.283	480.852
Total	2.607.124	2.173.898	9.091.014	8.859.201

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2016	(275.991)	(511.742)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.792)	(342.480)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	(17.990)	329.043
Saldo em 30/06/2017	(337.773)	(525.179)

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	5.932	5.932	165.887	241.925
CS a recuperar (i)	3.616	3.616	64.636	95.750
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	155.514	547.452	351.491	983.229
Total circulante	165.062	557.000	582.014	1.320.904
Tributos diferidos a recuperar				
IR e CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	2.039.510	2.157.832	2.039.510	2.157.832
IR e CS sobre mais valia (iv)	(2.585.391)	(2.746.629)	(2.585.391)	(2.746.629)
IR e CS sobre diferenças temporárias	3.193.083	2.501.437	3.169.177	2.351.501
IR e CS sobre prejuízos fiscais e base negativa		239	435.973	531.285
Subtotal – Tributos diferidos a recuperar	2.647.202	1.912.879	3.059.269	2.293.989
Outros tributos diferidos a recuperar (v)	451.966	166.786	503.127	221.265
Total não circulante	3.099.168	2.079.665	3.562.396	2.515.254

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	4.466	5.945	254.360	304.530
CS a pagar	1.610	57.064	95.674	168.429
Total circulante	6.076	63.009	350.034	472.959

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (iii) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na TmarPart e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.
- (iv) Refere-se aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizado e intangível, incorporados da TmarPart .
- (v) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA				
	Saldo em 31/12/2016	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Adições/Compensações	Saldo em 30/06/2017
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Diferenças temporárias (i)					
Provisões	897.121	42.132			939.253
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	65.854	(44.782)			21.072
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	203.710	8.584	(15.390)		196.904
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	93.837	1.902			95.739
Participação nos lucros	4.201	(4.201)			
Variações cambiais	1.231.249	414.752			1.646.001
Juros da dívida	391.652	360.411			752.063
Ágio incorporado	2.157.832	(118.322)			2.039.510
Mais valia incorporada	(2.746.629)	161.238			(2.585.391)
Outras adições e exclusões temporárias	(386.187)	(71.762)			(457.949)
Subtotal tributos diferidos sobre diferenças temporárias	1.912.640	749.952	(15.390)		2.647.202
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (i)					
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	2.290.398	200.420		(517.052)	1.973.766
Provisão ao valor de recuperação	(2.290.159)	316.393			(1.973.766)
Subtotal tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	239	516.813		(517.052)	
Total	1.912.879	1.266.765	(15.390)	(517.052)	2.647.202

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2016	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Adições/Compensações	Saldo em 30/06/2017
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Diferenças temporárias (i)					
Provisões	1.400.719	74.520			1.475.239
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	182.285	(75.593)			106.692
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	202.549	8.649	(15.390)		195.808
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	654.624	38.760			693.384
Participação nos lucros	22.304	(12.624)			9.680
Variações cambiais	1.118.870	617.528			1.736.398
Juros da dívida	595.124	546.642			1.141.766
Ágio incorporado	2.157.832	(118.322)			2.039.510
Mais valia incorporada	(2.746.629)	161.238			(2.585.391)
Outras adições e exclusões temporárias	(796.584)	(152.432)			(949.016)
Provisão ao valor de recuperação	(1.028.390)	(212.384)			(1.240.774)
Subtotal tributos diferidos sobre diferenças temporárias	1.762.704	875.982	(15.390)		2.623.296
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (i)					
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	5.614.908	551.926		(1.032.114)	5.134.720
Provisão ao valor de recuperação	(5.083.623)	384.876			(4.698.747)
Subtotal tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	531.285	936.802		(1.032.114)	435.973
Total	2.293.989	1.812.784	(15.390)	(1.032.114)	3.059.269

- (i) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

O estoque de prejuízos fiscais é de aproximadamente R\$ 15.102.118 e correspondem a R\$ 5.134.720 de tributos diferidos ativos, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro. Do total de tributos diferidos ativos, R\$ 435.973 (31/12/2016 - R\$ 531.285) foram reconhecidos por apresentar histórico de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

A Companhia optou por incluir e quitar certos débitos no Programa de Regularização Tributária – PRT, com os créditos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (Nota 19).

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
ICMS a recuperar (i)	381.924	381.588	1.758.913	1.595.790
PIS e COFINS	127.817	126.297	287.063	275.717
Outros	15.556	15.538	87.821	90.307
Total	525.297	523.423	2.133.797	1.961.814
Circulante	328.045	330.772	1.381.354	1.222.989
Não circulante	197.252	192.651	752.443	738.825

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
ICMS	300.959	287.001	700.430	681.167
ICMS Convênio nº 69/1998	21.914	20.976	26.374	25.766
PIS e COFINS (ii)	313.074	449.870	540.209	853.747
FUST/FUNTEEL/Radiodifusão	108.952	108.891	944.553	934.914
Outros (iii)	237.549	175.118	430.122	392.121
Total	982.448	1.041.856	2.641.688	2.887.715
Circulante	944.163	866.595	1.790.083	1.814.335
Não circulante	38.285	175.261	851.605	1.073.380

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000. Ainda conforme a legislação estadual do Rio de Janeiro nº 7.298/2016 e nº 7.019/2015, a Companhia e empresas controladas aderiram à compensação das dívidas do Governo com créditos tributários relativos ao ICMS devido pelas mesmas, na forma prevista nos artigos 170 e 170-A do Código Tributário Nacional e no artigo 190 do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro.

(ii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

A Companhia e sua controlada Oi Móvel são autoras em ações judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS e, amparadas em decisão judicial de mérito proferida em sede de 2º grau, que lhes foi favorável, suspenderam o recolhimento da parcela das contribuições correspondentes ao valor do imposto estadual. Durante os períodos em que o procedimento foi adotado, foram constituídas provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados, em ambos os casos, pela taxa SELIC. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2016 referiam-se aos valores não liquidados de PIS e COFINS de dezembro de 2013 a julho de 2014 e de julho de 2015 a fevereiro de 2017, para a Companhia e novembro de 2008, dezembro de 2013 a julho de 2014 e de julho de 2016 a fevereiro de 2017 para Oi Móvel, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da já mencionada decisão.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para COFINS. Com base na referida decisão, e amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos de que a probabilidade de perda nas ações em curso passou a ser remota a partir da decisão do STF, a Companhia reverteu as provisões para contingências referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, constituídas nos períodos acima mencionados, até a data do referido julgamento, sendo os montantes de reversões das provisões registradas de R\$ 130 milhões na controladora e R\$ 237 milhões no consolidado e os montantes de reversões das atualizações monetárias registradas de R\$ 22 milhões na controladora e R\$ 45 milhões no consolidado.

Ressalta-se que existe a possibilidade de o STF entender que é necessário aplicar o mecanismo da modulação a essa decisão, a qual é utilizada para determinar os efeitos temporais de uma decisão de inconstitucionalidade. Caso o STF aplique o mecanismo da modulação, limitando os efeitos da decisão no tempo, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, com a consequente necessidade de constituição de novas provisões sobre esse tema no futuro. Porém, mesmo nessa hipótese, na avaliação da Companhia e de seus assessores, são remotas as chances de utilização do instituto da modulação para obrigar os contribuintes ao recolhimento de débitos relativos a fatos geradores anteriores ao julgamento do STF e que ainda não tenham sido quitados.

(iii) Composto principalmente de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Cíveis	7.287.851	7.188.891	9.547.221	9.532.337
Tributárias	788.067	763.420	2.895.700	2.819.899
Trabalhistas	1.470.338	1.530.955	2.648.671	2.747.841
Total	9.546.256	9.483.266	15.091.592	15.100.077
Circulante	573.557	690.050	763.756	977.550
Não circulante	8.972.699	8.793.216	14.327.836	14.122.527

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Investimentos em controladas	13.500.397	14.948.841		
Negócios em conjunto			44.355	45.464
Investimentos em coligadas			42.538	38.139
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.579	31.579
Ágio "Goodwill"	11.618	11.618		
Outros investimentos	3.799	3.799	20.470	20.470
Total	13.526.087	14.974.531	138.942	135.652

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2016	14.974.531	135.652
Equivalência patrimonial (Nota 5)	(1.735.948)	604
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em coligadas	1.090	1.090
Equivalência patrimonial reconhecida em ativos mantidos para venda	379.782	1.596
Equivalência patrimonial reconhecida em patrimônio líquido negativo	195.795	
Dividendos de controladas	(75.249)	
Redução de capital em controlada (i)	(176.909)	
Outros	(37.005)	
Saldo em 30/06/2017	13.526.087	138.942

- (i) Em 19 de maio de 2017, a Companhia adquiriu as ações remanescentes da controlada Rio Alto pelo valor de R\$ 300 milhões, cuja participação sobre o capital social desta controlada aumentou de 50% para 100%. Subsequentemente, em 30 de junho de 2017, a Companhia reduziu o capital social desta controlada no montante de R\$ 177 milhões.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			30/06/2017			
			Quantidade em milhares de ações		Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do período	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
Telemar	13.190.393	(1.139.904)	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	54.404	12.806	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(811.125)	(178.162)	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	4.095	4.094	799		100	100
PTIF	121.935	113.581	0,042		100	100
CVTEL	(366)	(71)	18		100	100
Carrigans	90		0,100		100	100
PT Participações (i)	3.483.982	(379.782)	1.000.000		100	100
Serede	555.809	(61.812)	19.238.257		18,57	18,57

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Equivalência patrimonial				Valor do investimento		Provisão para patrimônio líquido negativo	
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em					
Controladas	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Telemar	(1.080.039)	(61.205)	(1.179.317)	(509.987)	13.190.393	14.368.609		
Rio Alto	6.341	20.914	6.096	49.673	54.404	290.780		
Oi Holanda	(139.201)	(634.466)	(178.162)	(503.038)			811.125	632.963
Oi Serviços Financeiros	1.937	3.824	4.094	6.674	4.095	9.687		
PTIF	(19.209)	27.308	(17.561)	24.081			249.281	231.720
CVTEL	(33)	(56)	(71)	(60)			366	261
Carrigans					90	82		
Serede	(4.404)	(12.080)	(11.478)	(12.080)	103.214	114.692		
Resultado não realizado com investidas	(35.171)	1.929	20.233	5.505	148.201	164.991		
Subtotal:	(1.269.779)	(653.832)	(1.356.166)	(939.232)	13.500.397	14.948.841	1.060.772	864.944
PT Participações (i)	(341.884)	(437.316)	(379.782)	(421.710)	3.483.982	3.399.358		
Total	(1.611.663)	(1.091.148)	(1.735.948)	(1.360.942)	16.984.379	18.348.199	1.060.772	864.944

- (i) Refere-se a equivalência patrimonial dos investimentos nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda. Para efeitos de demonstração dos ativos mantidos para venda (Nota 25) foram incluídos R\$ 21.094 relativos a ágio registrado na Companhia e alocado a este negócio.

Informações financeiras resumidas

Controladas	30/06/2017		
	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (i)	35.492.379	22.301.986	4.050.405
Oi Holanda (i)	21.967.783	22.778.908	
PTIF (i)	15.662.214	15.540.279	
Rio Alto	64.137	9.733	58.924
Oi Serviços Financeiros	72.917	68.822	423
CVTEL	24	390	
Serede	1.944.751	1.388.942	743.821

Controladas	31/12/2016		30/06/2016
	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (i)	35.749.474	21.380.865	4.823.784
Oi Holanda (i)	19.957.776	20.590.739	
PTIF (i)	13.816.303	13.819.848	
Rio Alto	605.893	24.333	172.032
Oi Serviços Financeiros	72.051	62.364	5.180
CVTEL	48	309	
Serede	1.626.901	1.009.279	316.024

- (i) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2016	387.311	6.298.767	23.446.891	5.028.691	1.910.546	2.202.462	39.274.668
Adições	446.455	920	74.101	95.260	6.263	5.348	628.347
Baixas	(8.039)	(505)	(3.902)	(12.565)	(363)	(9.981)	(35.355)
Transferências	(196.026)	408	61.046	130.285	1.874	2.413	
Saldo em 30/06/2017	629.701	6.299.590	23.578.136	5.241.671	1.918.320	2.200.242	39.867.660
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2016		(6.112.465)	(20.288.703)	(3.731.177)	(1.472.268)	(1.696.226)	(33.300.839)
Despesas de depreciação		(16.947)	(242.130)	(169.480)	(24.174)	(17.578)	(470.309)
Baixas		495	3.824	9.361	357	8.966	23.003
Transferências			195	3	(142)	(56)	
Saldo em 30/06/2017		(6.128.917)	(20.526.814)	(3.891.293)	(1.496.227)	(1.704.894)	(33.748.145)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2016	387.311	186.302	3.158.188	1.297.514	438.278	506.236	5.973.829
Saldo em 30/06/2017	629.701	170.673	3.051.322	1.350.378	422.093	495.348	6.119.515
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2016	2.413.770	19.974.446	56.841.274	27.568.591	4.311.529	5.866.033	116.975.643
Adições	1.575.968	1.192	203.963	107.383	11.313	360.978	2.260.797
Baixas	(54.657)	(505)	(9.313)	(313.485)	(363)	(18.406)	(396.729)
Transferências	(1.239.041)	5.639	745.944	396.054	2.552	88.852	
Saldo em 30/06/2017	2.696.040	19.980.772	57.781.868	27.758.543	4.325.031	6.297.457	118.839.711
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2016		(18.267.699)	(43.313.977)	(21.615.450)	(2.547.639)	(4.962.711)	(90.707.476)
Despesas de depreciação		(170.526)	(1.094.077)	(571.740)	(50.810)	(198.773)	(2.085.926)
Baixas		495	9.196	272.424	357	14.610	297.082
Transferências			175	(136)	47	(86)	
Saldo em 30/06/2017		(18.437.730)	(44.398.683)	(21.914.902)	(2.598.045)	(5.146.960)	(92.496.320)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2016	2.413.770	1.706.747	13.527.297	5.953.141	1.763.890	903.322	26.268.167
Saldo em 30/06/2017	2.696.040	1.543.042	13.383.185	5.843.641	1.726.986	1.150.497	26.343.391
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 30 de junho de 2017, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.893.649 (31/12/2016 – R\$ 2.942.342), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 7.677.908 (31/12/2016 - R\$ 7.921.246).

No período findo em 30 de junho de 2017, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 17% a.a.

15. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 31/12/2016	105.061	2.431.957	14.477.394	535.020	17.549.432
Adições	50			251	301
Baixas				(380)	(380)
Transferências	(92.087)	92.087			
Saldo em 30/06/2017	13.024	2.524.044	14.477.394	534.891	17.549.353
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2016		(2.410.310)	(6.812.890)	(457.360)	(9.680.560)
Despesas de amortização		(34.892)	(426.768)	(36)	(461.696)
Saldo em 30/06/2017		(2.445.202)	(7.239.658)	(457.396)	(10.142.256)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2016	105.061	21.647	7.664.504	77.660	7.868.872
Saldo em 30/06/2017	13.024	78.842	7.237.736	77.495	7.407.097
Taxa anual de amortização (média)		20%	9%	20%	

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONSOLIDADO					
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)						
Saldo em 31/12/2016	1.248.301	112.842	8.301.630	18.602.742	1.747.343	30.012.858
Aquisição de investimento (i)	395.273					395.273
Adições		195.219	1.107		29.051	225.377
Baixas					(382)	(382)
Transferências		(286.888)	271.947		14.941	
Saldo em 30/06/2017	1.643.574	21.173	8.574.684	18.602.742	1.790.953	30.633.126
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2016	(459.645)		(7.148.834)	(9.725.342)	(1.505.744)	(18.839.565)
Despesas de amortização			(269.418)	(513.425)	(20.021)	(802.864)
Saldo em 30/06/2017	(459.645)		(7.418.252)	(10.238.767)	(1.525.765)	(19.642.429)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2016	788.656	112.842	1.152.796	8.877.400	241.599	11.173.293
Saldo em 30/06/2017	1.183.929	21.173	1.156.432	8.363.975	265.188	10.990.697
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%	16%	

(i) Refere-se ao complemento dos ágios associados às aquisições da ARM Tecnologia e Serviços de Engenharia S.A. (“ARM Engenharia”) e Rede Conecta – Serviços de Rede S.A. (“Rede Conecta”) pela Serede. O período de mensuração dos valores justos dos ativos e passivos identificáveis relacionados às referidas aquisições foi encerrado em junho de 2017, sendo reconhecido um complemento ao ágio associado à aquisição da ARM Engenharia e da Rede Conecta no montante de R\$ 247.413 e R\$ 147.860, respectivamente.

16. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	577.651	493.151	2.576.689	2.142.888
Serviços	1.245.753	1.296.051	3.607.516	3.199.272
Aluguel de postes e direito de passagem	163.230	183.742	364.123	402.317
Outros	41.326	59.847	487.617	616.152
Total	2.027.960	2.032.791	7.035.945	6.360.629

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	Vencimento contratual	
					Principal	Juros
“Senior Notes”	10.459.632	9.819.287	33.650.377	30.800.816		
Moeda nacional	1.211.777	1.151.246	1.211.777	1.151.246	Set/2016	Semestral
Moeda estrangeira	9.247.855	8.668.041	32.438.600	29.649.570	Jul/2016 à Ago/2022	Semestral/ Anual
Instituições financeiras	2.277.069	2.186.624	13.817.659	13.242.077		
CCB - Cédula de Crédito Bancário			2.754.290	2.598.001	Jul/2016 à Jan/2028	Mensal/ Semestral
CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários	550.016	520.783	1.705.675	1.616.381	Ago/2022	Anual
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação (*)	1.727.053	1.665.841	9.357.694	9.027.695	Jul/2016 à Dez/2033	Mensal/ Semestral
Debêntures públicas	4.647.000	4.382.648	4.704.361	4.435.885	Mar/2017 à Jul/2021	Semestral/ Anual
Mútuo e Debêntures com controladas (Nota 24)	21.192.859	19.566.537				
Subtotal	38.576.560	35.955.097	52.172.397	48.478.778		
Custo de transação incorrido	(180.299)	(206.115)	(347.051)	(392.491)		
Total	38.396.261	35.748.982	51.825.346	48.086.287		
Circulante	19.290.994	16.850.157	51.825.346	48.086.287		
Não circulante	19.105.267	18.898.825				

(*) Refere-se a financiamentos junto ao BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste e Agências de Crédito à Exportação, cujas contrapartes da Companhia e suas subsidiárias são: CDB – “China Development Bank”, “Delcredere Ducreire” e FEC – “Finnish Export Credit”.

O pedido de recuperação judicial (ajuizado na Justiça Estadual do Rio de Janeiro em 20 de junho de 2016) constitui um evento de inadimplemento nos termos dos contratos vigentes. Para efeitos contábeis e de divulgação, os empréstimos e financiamentos exigíveis são apresentados no passivo circulante e estão sendo atualizados considerando os juros contratuais, bem como variação monetária e cambial do período. A depender do êxito do processo de recuperação judicial, os saldos de empréstimos e financiamentos serão recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial a ser aprovado pelos credores, no âmbito do processo de recuperação judicial.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Instituições financeiras	176.798	201.536	343.550	387.912
Debêntures públicas	3.501	4.579	3.501	4.579
Total	180.299	206.115	347.051	392.491
Circulante	180.299	206.115	347.051	392.491

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da dívida por moeda (Nota 3.2.1)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Euro	12.802.281	11.420.078	20.404.427	18.127.085
Dólar Norte Americano	12.701.720	12.165.357	17.223.432	16.511.271
Reais	12.892.260	12.163.546	14.197.487	13.447.931
Total	38.396.261	35.748.981	51.825.346	48.086.287

Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Taxa pré-fixada	2,25% a.a. – 10,00% a.a.	26.180.245	24.225.928	34.580.631	31.679.702
CDI	0,75% a.a. – 1,83% a.a.	10.194.694	9.595.824	7.310.902	6.892.738
Libor	0,90% a.a. – 2,50% a.a.	726.032	698.946	4.898.024	4.734.301
TJLP	0,0% a.a. – 4,08% a.a.	741.878	704.975	3.249.279	3.089.001
IPCA	0,50% a.a. – 7,94% a.a.	540.311	510.045	1.732.916	1.636.290
INPC	2,43% a.a.	13.101	13.263	53.594	54.255
Total		38.396.261	35.748.981	51.825.346	48.086.287

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas Telemar e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas Telemar e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 2.738 milhões.

“Covenants”

A Companhia e suas controladas Telemar e Oi Móvel possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“covenants”) nos contratos de financiamento originais junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos, as quais estão sujeitas a alterações na forma do Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

Conforme contratos de financiamento, o cumprimento destes índices financeiros é apurado trimestralmente ou anualmente. Em razão do pedido de recuperação judicial, os passivos atrelados a estes contratos foram reclassificados para o passivo circulante. Neste sentido, os efeitos das cláusulas de “covenants” financeiros não são aplicáveis.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
SMP			7.905	7.812
Concessões do STFC		29.256	8.476	102.938
Total		29.256	16.381	110.750
Circulante		29.256	12.252	106.677
Não circulante			4.129	4.073

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões. A Companhia liquidou em 2016 o valor remanescente das licenças 3G conforme previsto no cronograma de pagamentos.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONSOLIDADO
2017	3.336
2018	12.430
2019	615
Total	16.381

19. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	391.568	441.948	680.553	756.120
REFIS II - PAES	4.336	4.336	12.335	4.336
PRT (MP nº 766/2017) (i)	151.060		305.186	
Total	546.964	446.284	998.074	760.456
Circulante	127.349	56.972	257.954	105.514
Não circulante	419.615	389.312	740.120	654.942

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e Medida Provisória nº 766/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	30/06/2017				31/12/2016
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	127.696	1.166	192.033	320.895	358.115
Imposto de renda	30.619	2.467	42.939	76.025	85.050
PIS	55.446	522	37.405	93.373	103.258
INSS – SAT	1.194	3.153	4.260	8.607	14.005
Contribuição social	6.335	935	12.065	19.335	21.617
CPMF	19.107	2.149	27.549	48.805	48.780
PRT – Demais débitos - RFB	121.371	10.294	135.353	267.018	
PRT – Previdenciários - INSS	15.823	1.970	20.375	38.168	
Outros	49.469	6.208	70.171	125.848	129.631
Total	427.060	28.864	542.150	998.074	760.456

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2017	66.926	124.481
2018	127.349	257.954
2019	91.752	168.755
2020	53.987	92.459
2021	53.987	92.459
2022 a 2024	152.963	261.966
Total	546.964	998.074

A Companhia esclarece que os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.

(i) Programa de Regularização Tributária - PRT

A Companhia optou por incluir e quitar no referido programa de parcelamento instituído pela União Federal, por meio da Medida Provisória nº 766/2017 (PRT), os casos administrativos cujo risco de perda era considerado provável, bem como aqueles em que, a despeito do respectivo risco ser considerado possível, a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios do referido programa.

A Companhia esclarece que os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.

A Companhia optou pela modalidade de pagamento que permitia a quitação de 76% da dívida consolidada com créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R\$ 1.035 milhões, com o pagamento dos 24% restantes em 24 parcelas mensais no montante de R\$ 327 milhões, com o acréscimo de juros SELIC a partir do mês da adesão. Todos os procedimentos necessários à adesão da Companhia ao PRT foram concretizados dentro do prazo previsto na legislação, enquanto ainda vigia a MP nº 766/2017.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Posteriormente, em 1 de junho de 2017, a referida medida provisória teve prazo de vigência encerrado em razão da sua não conversão em lei no prazo constitucional. Contudo, como determina a Constituição Federal as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência de medida provisória não convertida em lei, como é o caso da adesão da Companhia ao PRT, continuam por ela regidas, exceto nos casos em que o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, dispor de modo distinto.

Ressalta-se que o PRT, disciplinado pela MP nº 766/2017, não se confunde com o parcelamento instituído pela MP nº 783/2017 (PERT), de 31 de maio de 2017, havendo peculiaridades em cada um dos atos a respeito das condições de pagamento, alcance dos programas e requisitos para adesão.

20. PROVISÕES

Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Trabalhista				
Horas extras	189.508	184.549	486.532	392.835
Adicionais diversos	42.159	42.597	181.899	161.043
Indenizações	56.449	51.100	163.619	125.913
Estabilidade / Reintegração	63.446	62.587	158.274	129.591
Complemento de aposentadoria	60.111	57.510	109.470	95.445
Diferenças salariais	25.998	27.061	51.869	45.273
Honorários advocatícios/periciais	18.322	15.358	31.790	26.707
Verbas rescisórias	6.846	5.638	26.972	20.356
Multas trabalhistas	4.893	4.518	22.022	17.586
Vínculo empregatício	225	189	18.155	15.709
FGTS	4.647	4.213	10.558	8.328
Subsidiariedade	262	316	743	626
Demais ações	36.239	37.266	73.582	68.867
Total	509.105	492.902	1.335.485	1.108.279
Tributária				
ICMS	91.490	37.269	458.638	404.901
ISS	1.146	263	74.713	66.697
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	422	411	5.503	30.697
ILL				3.172
Demais ações	11.705	11.600	26.499	70.665
Total	104.763	49.543	565.353	576.132
Cível				
ANATEL (i)	353.051	350.183	1.170.604	1.164.623
Societário	1.077.133	1.050.211	1.077.133	1.050.211
Juizado Especial	153.672	183.890	292.556	338.564
Demais ações	307.737	276.103	698.870	629.020
Total	1.891.593	1.860.387	3.239.163	3.182.418
Total das provisões	2.505.461	2.402.832	5.140.001	4.866.829
Circulante	339.954	475.872	578.445	763.386
Não circulante	2.165.507	1.926.960	4.561.556	4.103.443

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Em 30 de junho de 2017 encontravam-se na esfera da ANATEL processos por descumprimentos no montante total estimado de R\$ 6.615 milhões (31/12/2016 – R\$ 6.306 milhões), dos quais R\$ 2.768 milhões (31/12/2016 – R\$ 3.077 milhões) estavam relacionados a multas já emitidas pela ANATEL. A Companhia e a ANATEL vinham negociando Termos de Ajustamentos de Conduta (TAC) com vista à conversão dos descumprimentos em obrigações futuras de investimento e/ou benefícios a clientes. Até à presente data o Conselho Diretor da ANATEL deliberou o TAC de Qualidade e Universalização que perfaz o montante de R\$ 1.839 milhões, o qual está sendo avaliado pelo TCU e resultou na solicitação de clarificações à Agência. Adicionalmente, existem cerca de R\$ 8.392 milhões referentes a processos de descumprimento que se encontram fora da esfera da ANATEL. A Companhia discorda e contesta da existência de alguns dos descumprimentos, bem como contesta a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao descumprimento identificado, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável. Cabe salientar que o juízo competente pelo processo de recuperação judicial determinou a instauração do procedimento de mediação entre a Oi, a ANATEL e a Advocacia Geral da União, para que, nos termos da Cláusula 4.3.2.8 do Plano de Recuperação Judicial, seja possibilitada a transação quanto aos créditos da Classe III (Multas Administrativas). No dia 24 de novembro de 2016, foi realizada a audiência para resolver consensualmente o débito com a ANATEL, como parte do procedimento de mediação instaurado em virtude do processo de recuperação judicial. O juiz responsável pelo processo determinou que fossem instaurados dois processos de mediação – um relativo a multas que já estão sendo cobradas em ações judiciais, e outro, relativo a créditos que estão sendo apurados em processos administrativos na ANATEL. O juiz da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro também indicou os mediadores para lidarem com os dois processos, os quais já aceitaram o encargo.

Cumprer ressaltar que a ANATEL se insurgiu contra a submissão de seus créditos ao processo de recuperação judicial, assim como contra a instauração de mediação por meio dos agravos de instrumento nºs 0043065-84.2016.8.19.0000 e 0060963-13.2016.8.19.0000, os quais tiveram o efeito suspensivo negado e atualmente aguardam julgamento final.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Trabalhista	288.455	338.499	747.062	751.084
Tributária	5.456.841	6.034.665	24.708.993	25.958.044
Cível	432.351	411.892	1.265.201	1.239.706
Total	6.177.647	6.785.056	26.721.256	27.948.834

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2016	492.902	49.543	1.860.387	2.402.832
Atualização monetária	47.233	34.225	66.963	148.421
Adições / (Reversões)	10.507	21.300	67.209	99.016
Baixas por pagamentos / encerramentos (i)	(41.537)	(305)	(102.966)	(144.808)
Saldo em 30/06/2017	509.105	104.763	1.891.593	2.505.461

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2016	1.108.279	576.132	3.182.418	4.866.829
Aquisição de investimento (Nota 15)	205.393			205.393
Atualização monetária	98.135	35.993	124.421	258.549
Adições / (Reversões)	28.866	27.870	146.154	202.890
Baixas por pagamentos / encerramentos (i)	(105.188)	(74.642)	(213.830)	(393.660)
Saldo em 30/06/2017	1.335.485	565.353	3.239.163	5.140.001

- (i) Conforme estabelecido nos procedimentos inerentes à Recuperação Judicial, a Companhia, não está realizando os pagamentos dos processos encerrados a partir de 20 de junho de 2016. Desta forma, o valor dos processos encerrados e não pagos foi transferido para o contas a pagar de Fornecedores da Companhia.

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 30 de junho de 2017 corresponde a R\$ 5.562.434 (31/12/2016 - R\$ 5.301.126) na controladora e R\$ 14.806.039 (31/12/2016 - R\$ 14.556.171) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 21.438.374 (31/12/2016 - R\$ 21.438.374), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/06/2017	31/12/2016
Capital total em ações		
Ações ordinárias	668.034	668.034
Ações preferenciais	157.727	157.727
Total	825.761	825.761
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	148.282	148.282
Ações preferenciais	1.812	1.812
Total	150.094	150.094
Ações em circulação		
Ações ordinárias	519.752	519.752
Ações preferenciais	155.915	155.915
Total em circulação	675.667	675.667

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2016 no montante de R\$ 6.943.506 para a conta de prejuízos acumulados.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria na data de 30 de junho de 2017 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro trimestre de 2015, do segundo trimestre de 2014 e do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, consequentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria;
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes;
- (iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia homologado pelo Conselho de Administração em 30 de abril e 5 de maio de 2014, e devido a subscrição efetuada pela Pharol em ativos da PT Portugal, o montante de R\$ 263.028 foi reclassificado contabilmente para ações em tesouraria; e

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(v) Nos termos do contrato de permuta celebrado com a Pharol, em 8 de setembro de 2014 (Nota 26), aprovados em AGE da Pharol, pela CVM e AGE da Oi, a Companhia realizou, em 30 de março de 2015, permuta de ações pela qual a Pharol entregou à PTIF ações de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 (47.434.872 e 94.869.744, respectivamente após o grupamento de ações); e a Companhia, em contrapartida, entregou títulos de emissão da Rio Forte à Pharol, no valor total principal de R\$ 3.163 milhões (€897 milhões).

(c) **Reservas de capital**

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

(d) **Outros resultados abrangentes**

Os efeitos incluídos em outros resultados abrangentes são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31/12/2016	(262.117)	(377.429)	3.916	(635.630)
Redução de participação em controlada			(145.787)	(145.787)
Ganho atuarial, líquido de impostos	29.873			29.873
Variação cambial sobre investimento no exterior	(102.032)			(102.032)
Variação cambial sobre investimento no exterior reflexa	466.679			466.679
Saldo em 30/06/2017	132.403	(377.429)	(141.871)	(386.897)

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Prejuízo por ação básico e diluído

A seguir são apresentados os cálculos do prejuízo por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em 30/06/2017	Período de seis meses findos em 30/06/2017	Período de três meses findos em 30/06/2016 (Reapresentado)	Período de seis meses findos em 30/06/2016 (Reapresentado)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(3.272.033)	(3.472.194)	(658.844)	(2.498.184)
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(2.516.986)	(2.670.958)	(506.811)	(1.921.708)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(755.047)	(801.236)	(152.033)	(576.476)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	519.752	519.752	519.752	519.752
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.915	155.915	155.915
Prejuízo por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(4,84)	(5,14)	(0,98)	(3,70)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(4,84)	(5,14)	(0,98)	(3,70)

As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 30 de junho de 2017, as responsabilidades com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativos atuariais				
Plano TCSPREV	116.107	111.986	120.583	116.504
Total	116.107	111.986	120.583	116.504
Circulante	3.532	5.834	3.955	6.539
Não circulante	112.575	106.152	116.628	109.965

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Passivos atuariais				
Planos BrTPREV (i)	525.536	500.482	525.901	500.816
Plano PAMEC	3.466	3.276	3.466	3.276
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	84.532	92.982	84.532	92.982
Total	613.534	596.740	613.899	597.074
Circulante	171.669	146.614	172.001	146.915
Não circulante	441.865	450.126	441.898	450.159

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Representado por contrato de obrigações financeiras, firmado entre a Companhia e a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. A referida obrigação representa o compromisso adicional entre a provisão constituída de acordo com as regras do CPC 33 / IAS 19 (CVM 695) e o contrato de obrigações financeiras calculadas com base na legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, regulada pela PREVIC. Este contrato foi incluído na lista de credores da recuperação judicial na classe I (Nota 1).

(a) Planos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social.

As obrigações no balanço em 30 de junho de 2017 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2016, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”. As principais premissas atuariais consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2016 e em 30 de junho de 2017 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

	CONSOLIDADO								
	PLANOS DE PENSÃO							PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	N/A	10,61%	5,50%	5,50%	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	N/A
Taxa de rotatividade	7,30%	8,20%	Nula	5,10%	N/A	Nula	2%	N/A	N/A
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8,67%	8,67%

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2017:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2016	596.740	597.074
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	25.244	25.275
Obrigações financeiras	(8.450)	(8.450)
Saldo em 30 de junho de 2017	613.534	613.899

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2017:

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2016	111.986	116.504
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	6.624	6.891
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(2.503)	(2.812)
Saldo em 30 de junho de 2017	116.107	120.583

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obriguem à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefônicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefônicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefônicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 30 de junho de 2017 e de 2016 é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)
Residencial	2.227.022	2.367.944
Mobilidade pessoal	1.872.107	1.937.837
Empresarial / Corporativo	1.627.321	1.914.060
Outros serviços e negócios	65.286	102.697
Receita de vendas e/ou serviços	5.791.736	6.322.538
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(1.394.861)	(1.538.323)
Interconexão	(170.336)	(214.822)
Pessoal	(605.165)	(721.250)
Serviços de terceiros	(1.556.612)	(1.577.093)
Serviços de manutenção de rede	(330.660)	(506.436)
Custo de aparelhos e outros	(33.878)	(50.990)
Publicidade e propaganda	(106.071)	(130.891)
Aluguéis e seguros	(1.060.171)	(1.059.744)
Provisões / Reversões	(93.136)	(289.502)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(185.309)	(163.695)
Tributos e outras despesas	(49.515)	(163.922)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(84.681)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	206.022	(178.811)
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	459.764	217.815
Despesas financeiras	(5.116.870)	1.050.548
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(4.451.084)	1.089.552
Imposto de renda e contribuição social	1.474.180	(1.264.127)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(2.976.904)	(174.575)

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)
Residencial	4.580.945	4.716.018
Mobilidade pessoal	3.818.624	3.964.341
Empresarial / Corporativo	3.330.575	3.984.200
Outros serviços e negócios	127.452	196.518
Receita de vendas e/ou serviços	11.857.596	12.861.077
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(2.888.791)	(3.124.849)
Interconexão	(400.918)	(562.273)
Pessoal	(1.247.526)	(1.378.160)
Serviços de terceiros	(3.113.206)	(3.091.604)
Serviços de manutenção de rede	(611.635)	(984.130)
Custo de aparelhos e outros	(106.774)	(112.968)
Publicidade e propaganda	(167.292)	(218.434)
Aluguéis e seguros	(2.120.918)	(2.144.466)
Provisões / Reversões	(202.890)	(494.457)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(344.623)	(290.496)
Tributos e outras despesas	(248.949)	(453.963)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(94.677)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	404.074	(89.400)
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	1.004.849	401.538
Despesas financeiras	(5.734.712)	(1.039.030)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(4.325.789)	(726.892)
Imposto de renda e contribuição social	1.188.490	(1.286.623)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(3.137.299)	(2.013.515)

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	5.791.736	6.322.538
Receitas relativas a outros negócios	47.097	201.591
Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)	5.838.833	6.524.129

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	11.857.596	12.861.077
Receitas relativas a outros negócios	140.793	418.163
Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)	11.998.389	13.279.240

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	206.022	(178.811)
Outros negócios	(1.498)	25.917
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)	204.524	(152.894)

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	404.074	(89.400)
Outros negócios	4.044	70.337
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)	408.118	(19.063)

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 30 de junho de 2017, são como segue:

	30/06/2017				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	77.973.357	73.480.919	26.343.391	10.990.697	2.077.684
Outros, principalmente África	4.964.224	672.503	182.543	59.818	45.173

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	30/06/2017	31/12/2016
Ativo		
Contas a receber	643.249	432.121
BrT Call Center	38.609	38.628
Oi Internet	28.461	27.797
BrT Multimídia	49.160	47.625
Oi Móvel	178.821	78.159
Telemar	323.989	191.581
Serede	4.458	54
Rede Conecta	19.751	48.277
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	3.848.172	3.641.378
Telemar	2.935.289	2.774.123
Oi Móvel	72.473	68.493
Oi Internet	209	15.293
PT Participações	840.201	783.469
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	882.081	872.574
Telemar	848.041	848.041
Rio Alto		179
Oi Serviços Financeiros	34.040	24.354
Outros	205.189	284.747
Telemar	81.084	97.525
Oi Móvel	104.546	167.663
Oi Holanda	10.068	10.068
Serede	9.442	9.442
Dommo	49	49

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA	
	30/06/2017	31/12/2016
Passivo		
Fornecedores	560.944	704.094
BrT Call Center	83.444	110.527
Oi Internet	130.260	224.628
BrT Multimídia	114.970	135.053
Oi Móvel	30.073	32.419
Telemar	73.542	71.623
Paggo Administradora	22.341	20.127
Serede	86.053	87.534
Rede Conecta	20.261	22.183
Empréstimos e financiamentos e debêntures (i)	21.192.859	19.566.537
Telemar	1.138.284	1.075.514
Oi Móvel	4.412.788	4.142.125
Oi Holanda	15.641.664	14.348.782
Oi Internet	123	116
Demais obrigações	74.779	59.239
BrT Call Center	396	396
Oi Internet	24.375	24.375
BrT Multimídia	17.800	15.097
Oi Móvel	7.605	9.516
Telemar	16.855	3.685
Dommo	7	7
Rio Alto	975	
Oi Investimentos	6.766	6.163

(i) A Companhia contrata mútuos e debêntures com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. Da mesma forma a Companhia, no âmbito da recuperação judicial manteve a classificação de suas dívidas de acordo com prazo de pagamento.

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2017	30/06/2016
Receitas		
Receita dos serviços prestados	31.203	95.955
Oi Internet	229	2.147
BrT Multimídia	140	1.570
Oi Móvel	12.876	73.868
Telemar	17.647	18.368
Serede	311	2
Outras receitas operacionais	10.250	10.655
BrT Multimídia	706	1.212
Oi Móvel	9.544	9.426
Telemar		17
Receitas financeiras	162.144	1.975.439
Oi Móvel	5.158	6.045
Telemar	90.921	86.301
Serede		924
Oi Internet	6	86
Oi Holanda (ii)		1.876.055
PT Participações	66.059	6.028

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2017	30/06/2016
Receitas		
Receita dos serviços prestados	62.567	199.300
Oi Internet	664	4.477
BrT Multimídia	315	3.191
Oi Móvel	25.475	152.499
Telemar	35.711	39.131
Serede	402	2
Outras receitas operacionais	19.992	20.139
BrT Multimídia	1.220	1.290
Oi Móvel	18.772	18.812
Telemar		37
Receitas financeiras	542.879	3.371.773
Oi Móvel	10.876	32.017
Telemar	194.886	158.578
Serede		924
Oi Internet	337	86
Oi Holanda (ii)	263.443	3.170.044
PT Participações	73.337	10.124

(ii) Refere-se, essencialmente, ao ganho de variação cambial sobre os financiamentos em moeda estrangeira.

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2017	30/06/2016
Custos e despesas operacionais	(244.408)	(251.785)
BrT Multimídia	(1.220)	(1.222)
Oi Móvel	(26.885)	(60.317)
Telemar	(14.862)	(14.615)
Paggo Administradora	(1.222)	(994)
BrT Call Center	(109.088)	(138.012)
Serede	(91.131)	(36.625)
Despesas financeiras	(1.581.173)	(409.415)
Oi Móvel	(125.821)	(148.780)
Telemar	(29.415)	(33.983)
Oi Holanda	(1.425.933)	(139.334)
Oi Internet	(4)	(4)
PT Participações		(87.314)

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2017	30/06/2016
Custos e despesas operacionais	(510.852)	(479.473)
BrT Multimídia	(2.440)	(2.446)
Oi Móvel	(68.284)	(138.267)
Telemar	(29.972)	(30.849)
Paggo Administradora	(2.263)	(1.830)
BrT Call Center	(229.787)	(269.455)
Oi Internet		(1)
Serede	(178.106)	(36.625)
Despesas financeiras	(1.906.975)	(692.672)
Oi Móvel	(270.672)	(192.077)
Telemar	(63.366)	(65.954)
Oi Holanda	(1.556.325)	(275.639)
Oi Internet	(8)	(18)
PT Participações	(16.604)	(158.984)

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2016 – 115% do CDI).

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a Telemar e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, controlada da Telemar, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas.

Garantias

A Companhia é avalista das controladas Telemar e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, e alguns outros empréstimos. A Companhia registrou no período findo em 30 de junho de 2017, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 20.752 (30/06/2016 - R\$ 24.652). Adicionalmente, a Telemar concede aval à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No período findo em 30 de junho de 2017, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 114 (30/06/2016 – R\$ 161).

Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Contas a receber e outros ativos			5.666	5.328
Outras entidades			5.666	5.328

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Contas a pagar e outros passivos	925	1.276	55.469	87.085
Hispamar	925	1.276	49.878	79.354
Outras entidades			5.591	7.731

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receita				
Receita dos serviços prestados			25	15
Outras entidades			25	15

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receita				
Receita dos serviços prestados			51	39
Outras entidades			51	39

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(317)	(1.497)	(54.452)	(61.241)
Hispamar	(317)	(1.497)	(45.752)	(50.970)
Outras entidades			(8.700)	(10.271)

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(649)	(2.305)	(107.972)	(131.668)
Hispamar	(649)	(2.305)	(93.130)	(112.991)
Outras entidades			(14.842)	(18.677)

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no normal decurso da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

Nos termos dos contratos celebrados entre a Companhia e a Pharol com vista à união de bases acionárias, um conjunto de ativos, passivos e responsabilidades da Pharol foram transferidos para a Companhia, tendo esta assumido obrigação de indenização ou pagamento de eventuais contingências incorridas. Até 30 de junho de 2017, a Companhia pagou a terceiros contingências incorridas pela Pharol no montante de €5,5 milhões e, em 30 de junho de 2017, mantinha depósitos judiciais e depósito de penhor a favor de terceiros no montante de € 21,6 milhões, além de configurar como garantidor de certas garantias bancárias da Pharol, por conta de processos judiciais, no montante de €187,4 milhões.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 12.242 (30/06/2016 – R\$ 28.666) na controladora e R\$ 12.497 (30/06/2016 – R\$ 28.744) no consolidado.

25. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e a Altice celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da Pharol aprovaram que a Oi alienasse a integralidade das ações da PT Portugal à Altice, nos termos e condições do contrato de compra e venda de ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

No dia 2 de junho de 2015, foi efetivada a alienação pela Oi à Altice da integralidade da participação societária detida pela Oi na PT Portugal, após o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes. Pela aquisição da PT Portugal, a Altice desembolsou o valor total de 5.789 milhões de Euros, dos quais 4.920 milhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela Oi e pela PTIF e 869 milhões de Euros foram destinados a imediatamente quitar dívidas da PT Portugal em Euros. Existe ainda a previsão de um pagamento diferido (“*earn-out*”) de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal, bem como a Oi deu ao comprador um conjunto de garantias e representações usuais neste tipo de contratos. O reconhecimento deste montante dependerá do atingimento dos indicadores previstos em contrato.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi iria liderar o processo de venda, não obstante acreditasse ser no melhor interesse de ambos os acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda fosse realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco, uma coligada da Helios Investors L.P., que detinha na época os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi estava empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG, (“Africatel GmbH”) detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual esta exerceu um suposto direito de venda das ações por ela detidas na Africatel (“Put”), segundo o Acordo de Acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas indiretamente pela Pharol, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio de 2014. Nessa correspondência, a Samba Luxco alegou estar exercendo o suposto direito e, por conseguinte, exigiu que a Africatel GmbH adquirisse as suas ações da Africatel.

A Companhia julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Companhia deposita na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH decidiu disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, o que foi devidamente informado em resposta da Africatel GmbH à carta da Samba Luxco, no dia 26 de setembro de 2014.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, no dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional da Câmara Internacional de Comércio notificou a Africatel GmbH de que a Samba Luxco havia iniciado um processo de arbitragem contra a Africatel GmbH para aplicar o pretense direito de venda ou, em alternativa, certos direitos e demandas. A Africatel GmbH apresentou a sua resposta ao pedido da Samba Luxco para arbitragem em 15 de dezembro de 2014. O tribunal arbitral foi instalado no dia 12 de março de 2015 e a Africatel GmbH apresentou sua defesa no dia 9 de outubro de 2015.

Ao mesmo tempo em que pretendia defender decisivamente a Africatel GmbH neste processo, a Oi também focou seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos, uma vez que acreditava que, caso este objetivo fosse alcançado de maneira bem sucedida, a arbitragem iniciada perderia seu objeto.

Em 16 de junho de 2016, PT Participações, Africatel GmbH e Africatel, todas subsidiárias da Companhia, celebraram uma série de instrumentos contratuais com a Samba Luxco, com o principal objetivo de resolver e extinguir o procedimento arbitral.

Dentre os instrumentos celebrados, incluem-se aditivos ao Acordo de Acionistas da Africatel e um Contrato de Resolução e Permuta de Ações (*Settlement and Share Exchange Agreement – “SSEA”*), pelo qual a Samba Luxco deveria, quando da implementação do acordo: (i) encerrar o procedimento arbitral em curso e dar quitação às subsidiárias da Oi com relação a todas as demandas pretéritas e atuais relacionadas a supostas violações ao Acordo de Acionistas da Africatel e suscitadas na arbitragem, (ii) renunciar a certos direitos de aprovação que possuía segundo o Acordo de Acionistas da Africatel, e (iii) transferir para a Africatel 11.000 ações representativas do capital social da Africatel, cada uma com valor nominal de €1,00, reduzindo-se a participação da Samba Luxco na Africatel de 25% para 14%. Em contrapartida, a Africatel deveria transferir para a Samba Luxco sua participação de aproximadamente 34% no capital social da operadora namibiana de telecomunicações Mobile Telecommunications Limited (“MTC”).

Em 31 de janeiro de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações regulatórias e anticoncorrenciais necessárias e o cumprimento das demais condições contratuais, ocorreu a implementação das transações previstas nos instrumentos contratuais celebrados em 16 de junho de 2016. Com isso, a Samba Luxco reduziu sua participação acionária na Africatel para 14.000 ações e esta última transferiu para a Samba Luxco a totalidade de sua participação na MTC.

A Samba Luxco também liberou a Africatel GmbH, Africatel, Pharol e suas afiliadas e sucessoras de todas as reclamações apresentadas na arbitragem, de forma irrevogável e incondicional. As partes requereram ao tribunal arbitral constituído segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional que emita uma Sentença por Consentimento com o objetivo de registrar os termos do acordo previsto no SSEA, de modo que a arbitragem foi encerrada e as subsidiárias da Oi receberam quitação com relação a todas as demandas pretéritas e atuais da Samba Luxco relacionadas a supostas violações ao Acordo de Acionistas da Africatel, suscitadas na arbitragem.

Posteriormente, em 29 de março de 2017, a Africatel GmbH e a Samba Luxco aprovaram, através de Resolução de Acionistas, o cancelamento das 11.000 ações de emissão da Africatel que a Samba Luxco havia transferido para esta última e que vinham sendo mantidas em tesouraria. Também aprovaram o cancelamento adicional de 1.791 ações de emissão da Africatel, detidas pela Samba Luxco, de modo que as participações da Africatel GmbH e da Samba Luxco na Africatel passaram a ser de 86% e 14%, respectivamente.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os efeitos da transação entre sócios de redução da participação da Africatel de 34% na controlada MTC – Mobile Telecommunications Limited, em contrapartida da redução da participação de acionista não controlador Samba Luxco na Africatel foi de R\$ 145.787, no patrimônio líquido atribuído a participação dos controladores e de R\$ 228.343 na participação de não controladores.

No que diz respeito à participação indireta da Africatel na Unitel, por meio de sua subsidiária PT Ventures, cumpre ressaltar que, em 13 de outubro de 2015, a PT Ventures deu início a um processo arbitral em face dos demais acionistas da Unitel, em virtude da violação, por estes, de diversas regras do Acordo de Acionistas da Unitel e da legislação angolana, incluindo o fato de tais acionistas terem levado a Unitel a não efetuar o pagamento dos dividendos devidos à PT Ventures e a reter informações e esclarecimentos sobre tal pagamento. Em 14 de outubro de 2016, a PT Ventures apresentou suas alegações iniciais, acompanhadas de relatório de especialista financeiro. O valor demandado pela PT Ventures é de US\$ 3.036.494.891, acrescido de juros até a data do pagamento efetivo pelos Respondentes, totalizando US\$ 3.400.847.957 em 14 de outubro de 2016, conforme o relatório do especialista financeiro.

Além disso, em 20 de outubro de 2015, a PT Ventures ajuizou ação declarativa de condenação em face da Unitel, junto a um Tribunal Angolano, para reconhecimento do direito da PT Ventures ao recebimento aos valores em aberto dos dividendos declarados em 2010, bem como aos dividendos referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Os outros acionistas da Unitel afirmaram à PT Ventures que entendem que a venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco em 2007 constituiu uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A PT Ventures contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel e entende que tais disposições se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures. Até a data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de qualquer processo em andamento em relação à venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco.

O grupo de ativos e de passivos das operações em África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

As operações na África são consolidadas na demonstração do resultado desde 5 de maio de 2014.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África	
	30/06/2017	31/12/2016
Ativos mantidos para venda	4.964.224	5.403.903
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	177.356	241.982
Contas a receber	127.899	143.152
Dividendos a receber (i)	2.162.144	2.008.556
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	2.078.223	2.047.379
Outros ativos	129.850	120.737
Investimentos	25.297	33.859
Imobilizado	182.543	383.359
Intangível	59.818	157.163
Ágio (“goodwill”) (iii)	21.094	267.716
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	672.503	544.865
Empréstimos e financiamentos	217.014	550
Fornecedores	83.459	80.477
Provisões para planos de pensão	404	465
Outros passivos	371.626	463.373
Participação de não controladores (iv)	343.011	790.997
Total dos ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda – Consolidado	3.948.710	4.068.041
Eliminações intragrupo	(443.633)	(400.967)
Total de ativos mantidos para venda – Controladora	3.505.077	3.667.074
Investimentos na África	3.505.077	3.667.074

- (i) Refere-se a dividendos a receber da Unitel. A Companhia registra os dividendos ainda não recebidos com base no valor esperado de recuperação, considerando nessa avaliação a existência de processos judiciais para cobrança desses valores, a expectativa de decisão favorável desses processos, bem como a existência de caixa na Unitel para pagamento dos mesmos. Os dividendos não pagos pela Unitel à PT Ventures são relativos aos resultados transitados de 2005 e às reservas livres de 2006 a 2009, bem como aos exercícios fiscais de 2011, 2012, 2013 e 2014, no total nominal de US\$ 784 milhões;

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Refere-se, principalmente, ao valor justo do investimento financeiro de participação indireta de 25% do capital social da Unitel e classificado como mantido para venda. O valor justo deste investimento é estimado com base em avaliação interna, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de quatro anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de taxas de desconto adequadas. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera nessa avaliação eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios. Em 30 de junho de 2017 e no âmbito da atualização das premissas acima mencionadas, o valor justo do investimento na Unitel era de R\$ 2.025 milhões (31/12/2016 – R\$ 1.995 milhões).
- (iii) A redução ocorrida no ágio está representada pela implementação das transações previstas nos instrumentos contratuais celebrados com a Samba Luxco que reduziu sua participação acionária na Africatel e esta última transferiu para a Samba Luxco a totalidade de sua participação na MTC.
- (iv) Representado, principalmente, pela participação de 14% da Samba Luxco no capital social da Africatel e, conseqüentemente, nos seus ativos líquidos.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Títulos da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, através de comunicado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da PTIF e da PT Portugal, sociedades contribuídas pela Pharol à Oi no aumento de capital de abril de 2014, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol.

De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014, não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e/ou renovações desse tipo de investimentos.

Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, “Subsidiárias da Oi”) se tornaram controladas da Companhia em razão da conferência da totalidade das ações de emissão da PT Portugal à Companhia, por parte da Pharol, em virtude da integralização, em 5 de maio de 2014, do aumento de capital da Companhia aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.

Em julho de 2014, ocorreu o vencimento dos Títulos e, posteriormente, o encerramento do período de cura para pagamento dos Títulos, sem que a Rio Forte tenha pago o valor devido. Em 17 de outubro de 2014, a Rio Forte teve seu pedido de gestão controlada rejeitado pelo Tribunal do Comércio de Luxemburgo, tendo sua falência sido declarada em 8 de dezembro de 2014.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram os contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os contratos previam (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transfeririam os Títulos à Pharol em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol (“Opção”).

Em 26 de março de 2015, a fim de cumprir as condições apresentadas pelo Colegiado da CVM para a concessão das dispensas necessárias à implementação das operações de Permuta e Opção, conforme decisão proferida em 4 de março de 2015, foi realizada Assembleia Geral da Companhia, na qual restaram aprovados os termos e condições dos contratos de Permuta e de Opção.

No dia 31 de março de 2015, a Companhia anunciou, através de Fato Relevante, a consumação da Permuta, pela qual a Pharol entregou à PTIF ações livres de emissão da Oi correspondentes a 47.434.872 OIBR3 e 94.869.744 OIBR4 (“Ações Permutadas”); e a Oi, em contrapartida, por meio da PTIF, entregou os Títulos à Pharol, no valor total principal de €897 milhões, sem torna.

Com a implementação da Permuta, a Pharol passou a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Companhia somente prestar o suporte documental à Pharol para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos.

Como resultado da consumação da Permuta, a participação direta da Pharol na Oi passou de 104.580.393 ações ordinárias e 172.025.273 ações preferenciais, representativas de 37,66% do capital votante (ex-tesouraria) e 32,82% do capital social total da Oi (ex-tesouraria) para 57.145.521 ações ordinárias e 77.155.529 ações preferenciais, representativas de 24,81% do capital votante (ex-tesouraria) e 19,17% do capital social total da Oi (ex-tesouraria).

Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção”)

Nos termos do Contrato de Opção celebrado em 8 de setembro de 2014 entre a Pharol, a PTIF, a PT Portugal, a Oi e a TmarPart, a Opção se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos.

Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 47.434.872 ações ordinárias e 94.869.744 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Objeto da Opção”) e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da Pharol de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

<u>Data de Redução</u>	<u>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção</u>
A partir do dia 31.03.2016	10%
A partir do dia 31.03.2017	18%
A partir do dia 31.03.2018	18%
A partir do dia 31.03.2019	18%
A partir do dia 31.03.2020	18%
A partir do dia 31.03.2021	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia, antes do grupamento de ações aprovado em 18 de novembro de 2014, corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% a.a., calculada “*pro rata temporis*”, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

Até 31 de março de 2017, a Pharol não havia exercido a Opção, no todo ou em parte, sobre as Ações Objeto da Opção. Dessa forma, deixaram de estar sujeitas à Opção, a partir de 31 de março de 2016, 4.743.487 ações ordinárias e 9.486.974 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 10% das Ações Objeto da Opção, e, a partir de 31 de março de 2017, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais. Ainda estão sujeitas à Opção 34.153.108 ações ordinárias e 68.306.216 ações preferenciais.

A Oi não está obrigada a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PTIF e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à Pharol, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Enquanto vigorar a Opção, a Pharol não poderá comprar ações de emissão da Oi, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A Pharol não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a Pharol emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da Pharol para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da Pharol; (ii) a Pharol passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a Pharol viole determinadas obrigações contraídas pelo Contrato de Opção.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2015, o Contrato de Opção foi aditado para prever (i) a possibilidade de a Pharol ceder ou transferir a Opção, independentemente de consentimento prévio da Oi, desde que tal cessão ou transferência abranja no mínimo $\frac{1}{4}$ das Ações Objeto da Opção, podendo a Pharol utilizar livremente os recursos decorrentes de tais operações, (ii) a possibilidade de a Pharol, mediante o prévio e expresso consentimento da Oi, criar ou outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção ou, ainda, outorgar garantias sobre a Opção, e (iii) a concessão de direito de preferência à Oi para a aquisição da Opção, caso a Pharol deseje vender, ceder, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, transmitir ou, de qualquer forma, alienar ou dispor da Opção.

O referido aditamento foi firmado sob condição suspensiva e só teria eficácia e passaria a produzir efeitos após ter sido obtida autorização da CVM para a efetivação da alteração do Contrato de Opção. Entretanto, em reunião realizada no dia 16 de dezembro de 2015, o Colegiado da CVM decidiu indeferir integralmente o pedido formulado pela Companhia para a dispensa dos requisitos das Instruções CVM n^os 10/1980 e 390/2003 para a alteração do Contrato de Opção.

Tais Instruções determinam que a aquisição e alienação de ações de uma companhia aberta deverão ser realizadas em bolsa e que as operações com opções de compra de ações de uma companhia aberta sejam realizadas nos mercados em que as ações da companhia são negociadas, sendo vedadas as operações privadas. A dispensa de tais requisitos possibilitaria a aplicação das disposições do aditivo ao Contrato de Opção relativas (i) à possibilidade de transferência da Opção, de forma privada, da Pharol para a Oi; (ii) à atribuição de direito de preferência à Oi para adquirir a Opção; e (iii) à possibilidade de realização do pagamento do preço de aquisição da Opção em ações de emissão da própria Oi, no caso de exercício do direito de preferência.

Em 30 de junho de 2017, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 22 milhões calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

b) Processos judiciais na Holanda

Syzygy Capital Management, Ltd.; Loomis Sayles Strategic Income Fund; e dois grupos de “*Bondholders*” Italianos - (i) Sandro Boscolo Bragadin, Stefano Crispo, Paolo Denicoli, Ivano Falceri, Alex Lo Furno, Dario Farina, Aldo Fazzini, Walter Masoni, Salvatore Lucio Marcuccio, Luca Marsili, Aniello Aatrone, Vincenzo Matrone, Mario Parcianello, Francesca Risicato, Antonio Scalzullo, Giovanni Marcheselli, Nadia Benedett e (ii) Allesandro Callegari, Stefano Capodarca, Banco Consulia S.P.A., Valentina Basso e Piero Basso apresentaram, até a presente data, pedidos de falência da Oi Holanda junto ao Tribunal do Distrito de Amsterdã, respectivamente, em 27 de junho de 2016, 8 de julho de 2016, 11 de julho de 2016 e em 15 de julho de 2016.

O Citicorp Trustee Company Limited, “*trustee*” dos “*bonds*” emitidos pela PTIF, apresentou, em 22 de agosto de 2016, pedido de falência da PTIF junto ao Tribunal do Distrito de Amsterdã.

01131-2 Oi S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pedidos de falência acima mencionados ficaram suspensos em razão do ajuizamento dos processos de suspensão de pagamentos pela Oi Holanda e pela PTIF.

Em 23 de dezembro de 2016, Citadel Horizon S.à.r.l., Citadel Equity Fund Ltd., Syzygy Capital Management Ltd., Trinity Investments Designated Activity Company e York Global Finance Fund L.P. apresentaram pedido de conversão do processo de suspensão de pagamentos da Oi Holanda em falência junto ao Tribunal do Distrito de Amsterdã. A Citadel Horizon S.à.r.l. desistiu do pedido, uma vez que restou comprovado que não é credora da Oi Holanda. O pedido dos demais credores foi rejeitado em 2 de fevereiro de 2017 pela mesma decisão que rejeitou os Pedidos de Conversão apresentados pelos Administradores Holandeses, tendo em vista que os fundamentos dos pedidos eram similares. Em 20 de fevereiro de 2017 a Corte de Apelação de Amsterdã, na Holanda, determinou a realização no dia 29 de março de 2017 de audiências sobre os Recursos. No dia 29 de março de 2017, as audiências foram realizadas, tendo a Corte de Apelação informado que tem a intenção de divulgar as respectivas decisões em 19 de abril de 2017. No dia 19 de abril de 2017, a Corte de Apelação deferiu os Recursos e determinou que os procedimentos de suspensão de pagamentos da Oi Holanda e da PTIF sejam convertidos em procedimentos de falência na Holanda. Tais decisões da Corte de Apelação Holandesa estão restritas à jurisdição e lei holandesas e foram objeto de recursos que foram interpostos pela Oi Holanda e pela PTIF perante a Suprema Corte Holandesa em 1 de maio de 2017.

Em 30 de maio de 2017, o Administrador Holandês da Oi Holanda ajuizou uma ação na Holanda contra a Oi Móvel e a Oi, requerendo em suma (i) a anulação dos empréstimos firmados entre a Oi Holanda/Oi e a Oi Holanda/Oi Móvel; e conseqüentemente, (ii) a condenação da Oi e da Oi Móvel ao reembolso dos valores objeto dos empréstimos, e (iii) a condenação da Oi e da Oi Móvel à compensação por danos incorridos por conta dos supostos atos ilícitos praticados, a ser apurado e discutido em procedimento específico.

Em 5 de julho de 2017, a Oi Holanda apresentou um pedido de intervenção, o qual ainda será apreciado pelo Tribunal Holandês.

Em 7 de julho de 2017, a Suprema Corte Holandesa indeferiu os recursos interpostos pela PTIF e pela Oi Holanda em 1 de maio de 2017, ficando mantidas as determinações da Corte de Apelação Holandesa de que tais procedimentos sejam convertidos em procedimentos de falência na Holanda. Tais decisões da Suprema Corte Holandesa não produzem efeitos no Brasil enquanto não homologadas pelo Superior Tribunal de Justiça (e a Companhia não tem conhecimento de que tenha sido iniciado processo com vistas a tal homologação), e em outras jurisdições que reconhecem a competência da justiça brasileira para processar a Recuperação Judicial.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 1 de agosto de 2017 a CVM informou a Companhia que, em relação ao tratamento contábil mais apropriado à mais valia de ativos oriunda da combinação de negócios da Companhia ocorrida em 2009 e, que fora registrada no ativo não circulante da Telemar Participações S.A, arquivará os processos instaurados em função deste assunto, visto que, conforme o referido ofício: (i) a Companhia efetuou os ajustes necessários à correta contabilização da mais valia; (ii) o pedido de desistência do recurso interposto pela Oi foi homologado por esta Autarquia; e que (iii) o assunto deixou de ser base para a conclusão com ressalva nos relatórios dos auditores independentes que acompanharam as demonstrações contábeis dos períodos findos em 31/12/2016 e 31/03/2017.

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial e sociedades controladas

Anexo - Demonstração do valor adicionado Períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)
Receitas				
Vendas de serviços e mercadorias	3.653.487	6.950.845	19.863.827	23.211.118
Descontos incondicionais e devoluções	(293.245)	(3.069.926)	(3.962.860)	(5.957.190)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.792)	(42.001)	(345.846)	(291.537)
Outras receitas	410.537	351.266	1.097.994	759.529
	<u>3.726.987</u>	<u>4.190.184</u>	<u>16.653.115</u>	<u>17.721.920</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos com interconexão	(139.854)	(323.439)	(405.136)	(580.075)
Materiais e energia	(178.702)	(189.226)	(709.624)	(671.688)
Custos de mercadorias vendidas			(128.206)	(152.113)
Serviços de terceiros	(953.594)	(1.013.421)	(3.951.148)	(4.440.533)
Outros	(32.230)	(32.369)	(385.092)	(426.665)
	<u>(1.304.380)</u>	<u>(1.558.455)</u>	<u>(5.579.206)</u>	<u>(6.271.074)</u>
Valor adicionado bruto	<u>2.422.607</u>	<u>2.631.729</u>	<u>11.073.909</u>	<u>11.450.846</u>
Retenções				
Depreciação e amortização	(932.005)	(1.044.744)	(2.931.917)	(3.220.133)
Provisões (Inclui atualização monetária)	(247.437)	(289.580)	(461.439)	(688.860)
Outras despesas	(64.127)	(137.426)	(100.835)	(313.812)
	<u>(1.243.569)</u>	<u>(1.471.750)</u>	<u>(3.494.191)</u>	<u>(4.222.805)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>1.179.038</u>	<u>1.159.979</u>	<u>7.579.718</u>	<u>7.228.041</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	(1.735.948)	(1.360.942)	604	(922)
Receitas financeiras	1.106.636	3.327.634	1.370.040	713.317
	<u>(629.312)</u>	<u>1.966.692</u>	<u>1.370.644</u>	<u>712.395</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>549.726</u>	<u>3.126.671</u>	<u>8.950.362</u>	<u>7.940.436</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(120.398)	(137.942)	(814.351)	(908.443)
Benefícios	(36.767)	(39.095)	(230.044)	(247.555)
FGTS	(11.406)	(11.785)	(71.932)	(84.132)
Outros	(3.983)	(4.118)	(31.821)	(35.906)
	<u>(172.554)</u>	<u>(192.940)</u>	<u>(1.148.148)</u>	<u>(1.276.036)</u>
Impostos e taxas				
Federais	1.077.821	(591.270)	584.514	(1.947.841)
Estaduais	(735.216)	(730.884)	(3.172.851)	(3.164.152)
Municipais	(30.114)	(7.741)	(278.659)	(90.672)
	<u>312.491</u>	<u>(1.329.895)</u>	<u>(2.866.996)</u>	<u>(5.202.665)</u>

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial e sociedades controladas

Anexo - Demonstração do valor adicionado Períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)	30/06/2017	30/06/2016 (Reapresentado)
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e demais encargos financeiros	(3.870.270)	(3.763.509)	(6.311.513)	(1.930.416)
Aluguéis, arrendamentos e seguros	(291.587)	(338.511)	(2.127.423)	(2.167.949)
	<u>(4.161.857)</u>	<u>(4.102.020)</u>	<u>(8.438.936)</u>	<u>(4.098.365)</u>
Remuneração de capitais próprios				
Participações de acionistas não controladores			31.524	138.446
Prejuízos retidos	3.472.194	2.498.184	3.472.194	2.498.184
	<u>3.472.194</u>	<u>2.498.184</u>	<u>3.503.718</u>	<u>2.636.630</u>
Valor adicionado distribuído	<u>(549.726)</u>	<u>(3.126.671)</u>	<u>(8.950.362)</u>	<u>(7.940.436)</u>